

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Roraima



JOSÉ AIRTON DA SILVA LIMA, JOSÉ NAGIB DA SILVA LIMA,
GILSON ALMIRANTE DE SOUSA E MARA MAIA
ORGS.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Roraima

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2016

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Edilson Moura e Mayara Fernandes

Coordenação e organização: José Airton da Silva Lima, José Nagib da Silva Lima, Gilson Almirante de Sousa, Mara Cristina Maia da Silva

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R787 Roraima 2000-2013 / José Airton da Silva Lima, José Nagib da Silva Lima, Gilson Almirante de Sousa e Mara Maia, orgs. ; – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
108 p. : il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-5708-012-6

1. Roraima - Política. 2. Roraima - Economia. 3. Roraima - Demografia. 4. Roraima - Aspectos sociais. 5. Roraima - Administração pública. I. Lima, José Airton da Silva. II. Lima, José Nagib da Silva. III. Souza, Gilson Almirante de. IV. Maia, Mara. V. Série.

CDU 32(811.4)

CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5** APRESENTAÇÃO
- 9** INTRODUÇÃO
- 15** O PERFIL DA POPULAÇÃO
- 23** INCLUSÃO SOCIAL
- 33** ECONOMIA
- 47** TRABALHO E RENDA
- 51** INFRAESTRUTURA
- 67** INFRAESTRUTURA TRANSCONTINENTAL
- 77** UNIDADE DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS
- 83** PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC 1 E 2
- 99** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
- 105** SOBRE O ORGANIZADOR

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do Estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Dessa forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas, com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar esses desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou

das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem: demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Essas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos, por meio desses estudos, como um primeiro elemento, que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que, na maioria dos estados, puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

RORAIMA 2000-2013

JOSÉ AIRTON DA SILVA LIMA
JOSÉ NAGIB DA SILVA LIMA
GILSON ALMIRANTE DE SOUSA
MARA MAIA
ORGS.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste num conjunto expressivo de dados, que tem como finalidade registrar a situação de transferência e uso de recursos no estado de Roraima nos últimos dez anos.

Roraima é um dos estados mais jovens do país. Era Território Federal e foi transformado no atual estado de Roraima a partir da Constituição Federal (CF) de 1988. Na década de 1980, viveu uma implosão demográfica ocorrida em razão da atividade econômica demandada pela exploração mineral, mais especificamente o ouro. Essa implosão demográfica deu-se após estudo de levantamento do Projeto Radam Brasil, pelo Ministério da Defesa [Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais], que mapeou, por meio de aerofotogrametria, toda a região amazônica na década de 1970. O trabalho do Radam permitiu que os brasileiros tomassem conhecimento das riquezas naturais dos solos da Amazônia, como jazimentos de ouro, cassiterita, bauxita, gás natural, petróleo, pedras e areias raras (de alto valor comercial), além de minérios nobres e radioativos como urânio, tório e bário.

Com 15 municípios, é um estado fronteiro, fazendo divisa com Guiana e Venezuela. A faixa de fronteira interna refere-se aos países que fazem limites com o Brasil, cuja lei nº 6.634, de 2 de abril de 1979, estabeleceu 150 km de largura paralelos à linha limítrofe terrestre do território

brasileiro. O Ministério da Integração Nacional aponta, por meio de estudos (Brasil 2005), para uma macrodivisão da faixa de fronteira em três grandes arcos, e Roraima faz parte do primeiro, denominado Arco Norte, junto com os estados do Amapá, Pará, Amazonas e Acre. Roraima tem 964 km de fronteira com a República Cooperativista da Guiana, a leste; ao norte e a oeste, 958 km de fronteira com a República da Venezuela.

O fato de ser o mais setentrional dos estados brasileiros, abrigando inclusive um dos pontos mais extremos do Brasil – o Monte Caburá – impõe aos gestores locais um constante desafio: desenvolver políticas públicas que possam incluir Roraima no Brasil. Os governos Lula e Dilma, por sua vez, nesses últimos anos, geraram políticas públicas e orçamentárias para compensar o estado pelo seu isolamento e por ser área de terras indígenas e reservas federais ambientais.

Somente a partir de 2003, com o realinhamento das políticas econômicas e públicas, de modo a favorecer a retomada do crescimento e o comprometimento do estado brasileiro com políticas de investimento em infraestrutura no país, Roraima aumentou sua cota de recursos financeiros advindos do governo federal; recursos diversos transferidos para tratamento de água, esgoto, recuperação de estradas e pontes, com aplicação de mais de R\$ 4 bilhões do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As políticas públicas voltadas ao social, marcantes no período pós-2010 (Bolsa Família, Prouni, moradias populares) beneficiaram significativamente o estado. Nesse período, o governo federal também investiu maciçamente na construção de creches e Unidades Básicas de Saúde (UBS), na capital e no interior.

A capital Boa Vista tem recebido significativos investimentos do governo federal. A olho nu percebem-se as parcerias do governo local municipal com o governo federal. Recursos federais permitiram à prefeitura municipal de Boa Vista, por exemplo, planejar e executar obras de recuperação de praças, iluminação, melhorias de vias públicas e mobilidade urbana – como recuperação de calçadas, acessibilidade, ciclovias, sinalização e transportes públicos.

O estudo da Proposta de Reestruturação de Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira de 2005 constitui a Faixa de Fronteira Norte como “Arco indígena”, “tanto do ponto de vista do território (presença de grandes áreas de reserva) como de identidade territorial (importância étni-

co-cultural indígena mesmo fora das áreas de reserva)” (Brasil, 2005, p. 52). O referido estudo informa que somente em três lugares do Arco Norte a dependência em relação à rede fluvial foi reduzida pela construção de rodovias, dentre eles, o estado de Roraima. Ali a conexão se estabelece de Manaus e Boa Vista ao Caribe, por meio da Venezuela (BR-174) e Guiana (BR-401).

Roraima possui uma grande malha rodoviária estadual e federal (Brasil, 2004). Três importantes rodovias federais permeiam o solo roraimense: a BR-174, que liga o estado à Venezuela, ao norte, e ao estado do Amazonas; ao sul a BR-210 (Perimetral Norte); e a BR-401, que liga Boa Vista a Lethem, na fronteira com a Guiana, a leste.

Na rota do Caribe, que liga Manaus e Boa Vista a Georgetown, na Guiana, encontram-se duas pequeninas cidades gêmeas, Bonfim e Lethem, articuladas por uma ponte sobre o rio Tacutu (Brasil, 2005, p. 55). Por mais de vinte anos a cidade de Bonfim é detentora de uma Área de Livre Comércio (Suframa). O estudo do Ministério da Integração Nacional demonstra que, “considerando o potencial comercial da rota do Caribe, e de modo que não continue o predomínio absoluto de Manaus na exploração dessa rota, Bonfim, Normandia e Boa Vista poderiam constituir uma futura Zona de Integração Fronteiriça (ZIF); se levada a sério, a proposta das ZIFs pode, no futuro, substituir o modelo “zona franca de Manaus, altamente concentrador do ponto de vista territorial” (Brasil, 2005, p. 55).

Outros estudos realizados pelo Ministério da Defesa, por meio da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais (Brasil, 2004), já davam conta de que, mesmo que parcelas de seu território estejam bloqueadas à ocupação (por abrigar terras indígenas ou por constituir áreas de conservação), há, ao longo da BR-174 mais a parte central e centro-norte do estado, espaço razoável para sustentar uma nova expansão no médio prazo. Entretanto, para dinamizar essa nova fronteira econômica, será necessário criar infraestruturas que despertem a captação de novas unidades produtivas, sem descuidar do fomento das já existentes, atentando para vocações e potencialidades da região. É necessário, desse modo, dar sequência ao processo de desenvolvimento integrado e sustentável iniciado em Roraima e orientado para o aproveitamento das suas potencialidades, criação de condições favoráveis ao investimento, consolidação do parque fabril, desenvolvimento tecnológico, fortalecimento das pequenas empresas e estímulo em atividades que mantenham o equilíbrio ambiental.

Considerando esses estudos e as condições fronteiriças do estado de Roraima, o governo Lula implantou mais uma Área de Livre Comércio (ALC) na cidade de Boa Vista e uma Zona de Processamento e Exportação (ZPE). A outra ALC fica na cidade de Bonfim. No Brasil, as únicas ALCs que contam com incentivos fiscais para implantação de indústrias que utilizem matérias-primas da Amazônia Ocidental são essas duas instaladas em Roraima. A ALC de Bonfim foi criada pela Lei Federal nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, e regulamentada juntamente com a de Boa Vista pelo Decreto nº 6.614, de 23 de outubro de 2008. Ambas visam promover o desenvolvimento das ALCs dessa região. Até dezembro de 2010, 1.680 empresas estavam cadastradas e gozando dos benefícios das ALCs.

Cumulativa às ALCs, foi criada, no município de Boa Vista, nos governos Lula e Dilma, a Zona de Processamento de Exportação. A ZPE tem como objetivo proporcionar a redução de desequilíbrio regional, o fortalecimento do balanço de pagamento e a promoção da difusão tecnológica e do desenvolvimento econômico e social do Brasil. Assim, a ZPE em Boa Vista é destinada à produção de bens locais para serem comercializados no exterior.

Também recebeu prioridade a questão da energia elétrica. O governo Dilma proporcionou a interligação de Roraima à rede de energia nacional. Até então, Roraima estava dissociada dessa rede de transmissão de energia. Os investimentos regionais destinados pelo PAC para o setor de transmissão de energia são da ordem de R\$ 1.003,22 bilhão para o período 2011 a 2014 e conta com mais R\$ 383,47 milhões programados para o pós-2014. Roraima, Amapá e Amazonas são os únicos estados da Federação que não estão ligados no Sistema Interligado Nacional (SIN). Uma pequena parte da energia consumida é fornecida pela geração da hidroelétrica do Jatapú (5 MW), e o restante da energia é importada da Venezuela.

Roraima também se destaca em relação às suas unidades federais de conservação. Tais unidades foram criadas antes do governo Lula, mas várias delas tiveram sua implantação de fato na gestão do governo Dilma. Além de outras terras indígenas, podemos citar Estação Ecológica de Caracará, Estação Ecológica de Maracá, Estação Ecológica de Niquiá e Floresta Nacional de Roraima, Floresta Nacional do Anuá, Floresta Nacional do Amazonas, Área de Proteção Ambiental Xiriuni, Área de Proteção Ambien-

tal Baixo Rio Branco, Parque Nacional Monte Roraima, Parque Nacional do Viruá e Parque Nacional da Serra da Mocidade.

O Parque Nacional do Monte Roraima fica ao norte, faz parte do município de Pacaraima e foi criado pelo Decreto nº 97.887, de 28 de junho de 1989, com uma área de 116 mil hectares. Uma das características desse parque é o fato de ficar totalmente no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Devido a essa peculiaridade, o parque tem um caráter de dupla proteção, como descrito no Decreto Presidencial de 15 de abril de 2005:

“o Parque Nacional do Monte Roraima é bem público da União submetido a regime jurídico de dupla afetação, destinado à preservação do meio ambiente e à realização dos direitos constitucionais dos índios (...) e será administrado em conjunto pela Funai, Ibama (ICMBio) e pela Comunidade Indígena Ingarikó”.

O Parque Nacional da Serra da Mocidade, no município de Caracarái, ao sul do estado, foi criado por decreto em 29 de abril de 1998, com área total de 350.960 hectares.

Situada em uma região periférica da Amazônia Legal, Roraima ocupa aproximadamente 224,3 km² e possui uma população de 450.479 habitantes. Destes, 49.637 declaram-se indígenas (IBGE, 2010). Segundo Lima (2014), em Roraima ainda persiste (mesmo em menor intensidade) o conflito histórico entre índios e não índios. Esse conflito foi mais intensificado nos últimos anos, em virtude da conscientização política dos indígenas e com a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 15 de abril de 2005 pelo presidente Lula. Não há como não mencionar que essa atitude foi uma reparação histórica para com os povos indígenas de Roraima, que aguardava essa decisão há quatro décadas.

O Decreto em 15 de abril de 2005 (revogado pelo Decreto nº 7.577/2011), instituiu o Comitê Gestor para coordenar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no estado de Roraima e elaborar (em articulação com os governos estadual e municipal) o plano de desenvolvimento sustentável do estado, tendo José Nagib da Silva Lima como coordenador executivo do comitê gestor da Casa Civil da Presidência da República para o estado de Roraima – cuja função era coordenar as ações do governo federal para a desintrusão da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Lima (2014) destaca:

No caso de Roraima, constata-se um volume de recursos, provenientes de repasses do governo federal, que são utilizados em parcerias com as comunidades indígenas. São utilizados os volumes repassados, por meio dos termos de cooperação, tanto na educação e saúde indígena, como para a autossustentação econômica dos povos indígenas. Observa-se, com efeito, que as políticas públicas indígenas de Roraima são aplicadas no estado, mas em grandes partes com repasses financeiros do governo federal. (Lima, 2014, p. 54).

A tabela a seguir demonstra a evolução do orçamento indigenista no governo federal, os principais ministérios envolvidos e quanto cada um deles gastou com a política indígena, tendo como base os anos de 2000/2005.

Tabela 1

Ministérios	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Educação	624.345	431.393	351.314	377.373	2.103.666	2.932.469
Justiça	15.359.418	21.901.282	22.725.313	20.239.644	22.916.910	26.946.805
Saúde	86.540.427	132.306.878	165.324.098	158.709.401	196.959.141	225.007.411
Meio Ambiente	437.200	2.941.067	765.872	2.522.211	675.501	1.008.428

Fonte: Lima, 20014, p. 55.

Afirma ainda o referido autor:

No caso de Roraima, na área específica Terra Indígena Raposa Serra do Sol, o Governo Federal destinou, em 2009, R\$ 24,1 milhões para o Território da Cidadania 24, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol (BRASIL, 2013). Esses recursos são destinados para ações de apoio a atividades produtivas, de cidadania e desenvolvimento social e qualificação da infraestrutura. O território é formado pelos municípios de Bonfim, Normandia, Uiramutã e Pacaraima, localizados no estado de Roraima. (Lima, 2014, p. 55).

As ações do governo federal desde 2003, no estado de Roraima, favoreceram a resolução de entraves que perduravam por mais de quatro décadas. Com tais ações foi possível destravar as retrações em relação a problemas que impediam o estado de exercer sua autonomia, de fato, como um estado da federação.

O PERFIL DA POPULAÇÃO

Situado ao extremo norte, Roraima é o estado brasileiro menos populoso do país, com densidade demográfica de 2,01 hab/km² (2010), ocupando a 27^a posição em termos de população brasileira. Em quatro anos, o estado teve um crescimento de 10,31%, passando de 450.479 habitantes (2010) para 496.936 (2014). Em contrapartida, em termos relativos, Roraima teve o segundo maior crescimento do país, com um aumentando de 38,97%.

Em números totais, a capital Boa Vista recebeu a maior quantidade de moradores nesses últimos quatro anos: 30.587 habitantes – um crescimento de 9,02%. Em 2010, a cidade registrou uma população de 284.313, passando para 314.900 em 2014. Todos os municípios apresentaram crescimento demográfico no período, exceto Alto Alegre, que decresceu 0,89%. Iracema é a cidade que lidera o *ranking* municipal com 15,49%.

Tabela 2

Evolução da população de Roraima na década

2000	324.397	2004	367.701	2008	412.783	2012	469.524
2001	337.253	2005	391.318	2009	421.497	2013	488.072
2002	346.866	2006	403.340	2010	450.479		
2003	357.296	2007	415.281	2011	460.165		

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E MIGRAÇÃO

A dinâmica de ocupação da Amazônia historicamente esteve condicionada aos ciclos econômicos de prosperidade da região. Especificamente, a ocupação recente e o crescimento demográfico acelerado de Roraima estão inscritos no processo de modernização da Amazônia legal, iniciado a partir de 1960.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, uma forte corrente migratória se formou entre a região Nordeste e a Amazônia, impulsionada, entre outros fatores, pelas secas que castigavam o sertão nordestino. Nessa região, o aumento da procura pela borracha, uma das principais matérias-primas da indústria internacional, favorecia o fluxo constante de migrantes nordestinos que, em levadas cada vez maiores, iriam compor a massa de trabalhadores dos seringais.

Ao longo do seu processo de ocupação e de exploração, a presença de migrantes sempre foi muito marcante, em especial, os oriundos do Nordeste. O fluxo migratório foi crescente ao longo dos anos, incrementado de modo especial na década de 1980, tendo sido ele motivado por meio das políticas de colonização ou pela busca de ouro, através dos garimpos em solo roraimense.

O fluxo migratório no estado de Roraima pode ser identificado por três dimensões específicas, principalmente as atividades econômicas que gerou novas relações de produção na região, nas quais destacam-se os grandes programas e empreendimentos industriais, agropecuários, mineradores e madeireiros; a fundiária, que promoveu a valorização das terras e uma corrida pela sua ocupação por grandes proprietários e principalmente por pequenos e médios agricultores, incentivados pelos vários projetos e programas de assentamento e de colonização; e a social, na qual se inscreve o incremento demográfico e a ocupação de áreas antes consideradas “vazias” (terras indígenas, áreas devolutas etc.), o aumento das taxas de urbanização, o crescimento das migrações e dos conflitos sociais.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad, 2012) divulgados pelo IBGE, mostram na análise por regiões que Roraima, em relação aos estados brasileiros, destaca-se como um dos polos de atração migratória no Brasil, onde 45% dos moradores vieram de outros estados, apontando também que 23% da população de Roraima é formada por nordestinos. Desses, 16,4% são do estado do Maranhão. A população nascida no

estado representa 55% dos habitantes. Em relação à migração interna (entre cidades), 62% dos moradores não vivem em seu município de origem.

GÊNERO

As mulheres são maioria no Brasil e em 23 unidades federativas, sobram mulheres na sociedade brasileira, apenas quatro estados estão na contramão: Rondônia, Roraima, Amazonas e Pará, onde os homens são maioria. De acordo com pesquisa divulgada pelo IBGE sobre os indicadores sociais do Brasil, Roraima aparece na segunda posição, com 50,2% de homens e 49,8% de mulheres, perdendo apenas para Rondônia, onde 50,7% da população é do sexo masculino.

Tabela 3

	2000	2010	%	2013	%
Homens	166.037	228.859	7,25	247.612	9,24%
Mulheres	158.370	221.620	7,15	240.460	9,22%

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

O motivo dessa diferença é atribuído ao fato de o estado carregar a tradição do garimpo, correspondendo ao período em que homens de diversas partes do Brasil chegaram a Roraima em busca de ouro.

COMPOSIÇÃO ÉTNICO-RACIAL

Em números proporcionais, Roraima é o estado do país com a maior população indígena. Ao todo, segundo o Censo (IBGE, 2010), 49.637 pessoas se declararam indígenas no estado. O maior percentual de indígenas está no município de Uiramutã. Na região, ocupada em grande parte da terra indígena Raposa Serra do Sol, 88,1% da população é indígena. O município de

Tabela 4

População por raça (2010)

	Roraima	%	Brasil	%
Parda	275.908	61	82.820.452	43,1
Branca	94.252	21	90.621.281	47,7
Preta	26.364	6	14.351.162	7,6
Amarela	4.318	1	2.105.353	1,1
Indígena	49.637	11	821.501	0,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

Normandia (56,9%) ocupa a segunda posição no *ranking*, seguida por Pacaraima (55,4%) e Amajari (53,8%).

Ao todo, existem no território roraimense 32 terras indígenas. São elas: Ananás, Anaro, Aningal, Anta, Araçá, Barata, Livramento, Bom Jesus, Boqueirão, Cajueiro, Canauanim, Jabuti, Jacamim, Malacacheta, Mangueira, Manoa/Pium, Moskow, Muriru, Ouro, Pium, Ponta da Serra, Raimundão, Raposa Serra do Sol, Santa Inez, São Marcos, Serra da Moça, Sucuba, Tabalascada, Trombetas/Mapuera, Truaru, Waimiri-Atroari, Waiwái e Yanomami.

A terra com maior população indígena é Yanomami, localizada no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas, correspondendo a 5% do total de indígenas do país. Em seguida vem Raposa Serra do Sol com 17 mil índios.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O estado de Roraima tem 7.755 mil pessoas com deficiência, segundo o IBGE. Dos cerca de 450.750 mil habitantes, aqueles com pelo menos uma deficiência, seja visual, auditiva, motora ou mental, somam 1,72%.

Tabela 5

Pessoas com deficiência (2010)

Deficiência	Não consegue	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
Visual	1.129	13.603	62.511
Auditiva	561	3.382	15.152
Motora	1.149	5.953	15.603
Pessoas com deficiência	2.839	-	-
Mental	4.916	-	-
Total			7.755

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010.

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO ETÁRIA

Ao longo dos últimos dez anos, a população roraimense cresceu 7,20%. O crescimento do número de idosos, no entanto, foi ainda maior: 18,89 % na última década. Em 2000, 13.128 mil habitantes tinham 60 anos ou mais e representavam 0,4% da população. Em 2010, 24.782 mil, ou 0,5% dos roraimenses, estavam nessa faixa etária. A comparação se baseia nos censos demográficos do IBGE de 2000 e de 2010 (Tabela 6).

Dentre as faixas etárias separadas pelo IBGE, a maior em 2010, com 153.007 mil habitantes (29,4%), é a que fica entre os 20 e 39 anos. Os grupos

Tabela 6

Composição etária de Roraima entre 2000 e 2010

Roraima	2000	%	2010	%	Brasil 2010
0 a 4 anos	44.346	38	47.618	41	
5 a 9 anos	41.671	40	49.182	40	
10 a 14 anos	44.346	38	52.332	37	
15 a 19 anos	37.608	47	46.961	42	33,1
	167.971		196.093		
20 a 24 anos	-		43.388	35	
25 a 29 anos	59.269	18	42.908	36	
30 a 39 anos	45.096	23	66.711	23	
	104.365		153.007		
40 a 49 anos	29.325	15	46.742	16	
50 a 59 anos	15.107	29	29.853	26	55,7
	44.432		76.595		
60 a 69 anos	7.938	0,16	15.086	16	
70 anos ou mais	5.190	0,25	9.696	0,25	
	13.128	0,4	24.782	0,5	11
População total	324.397		450.477		190.755.799

Fonte: IBGE - Censos Demográficos.

Gráfico 1

Roraima - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade (2010)

Mais de 100 anos	77	0,0%	0,0%	18
95 a 99 anos	43	0,0%	0,0%	57
90 a 94 anos	145	0,0%	0,0%	179
85 a 89 anos	378	0,1%	0,1%	431
80 a 84 anos	764	0,2%	0,2%	822
75 a 79 anos	1.334	0,3%	0,3%	1.241
70 a 74 anos	2.200	0,5%	0,4%	1.960
65 a 69 anos	3.213	0,7%	0,6%	2.793
60 a 64 anos	4.942	1,1%	0,9%	4.131
55 a 59 anos	6.719	1,5%	1,3%	5.928
50 a 54 anos	8.831	2,0%	1,8%	8.087
45 a 49 anos	11.142	2,5%	2,3%	10.379
40 a 44 anos	13.039	2,9%	2,7%	14.839
35 a 39 anos	14.909	3,3%	3,3%	18.669
30 a 34 anos	18.836	4,1%	4,1%	28.206
25 a 29 anos	21.398	4,8%	4,8%	21.792
20 a 24 anos	21.828	4,8%	4,8%	21.788
15 a 19 anos	23.737	5,3%	5,2%	23.250
10 a 14 anos	26.321	5,8%	5,7%	25.590
5 a 9 anos	25.254	5,6%	5,4%	24.113
0 a 4 anos	24.319	5,4%	5,2%	23.284

Homens Mulheres

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010.

de 20 a 29 anos e de 30 a 39 anos de idade representavam respectivamente 18,8% e 29,3% da população em 2010. Em 2000, a maior concentração era na faixa etária imediatamente acima – 167.971 mil (19,3%) tinham entre 0 e 19 anos de idade. Enquanto isso, houve queda entre as mais novas. Há dez anos, as crianças pequenas compunham parcela significativa da população – 44.346, mil (38%) tinham entre 0 e 4 anos, passando a concentrar 47.618 mil em 2010; e 41% do total.

Segundo Portela (2009, p. 44) no ano de 2000, a população de Roraima era de 324.397 habitantes, distribuídos entre os 15 municípios que compõem o estado. A maior concentração populacional está nos municípios de Boa Vista, Alto Alegre, Rorainópolis, Caracarái e Mucajaí, respectivamente.

Tabela 7**População por raça (2010)**

Domicílio	Roraima				Brasil			
	2000	%	2010	%	2000	%	2010	%
Rural	77.381	24,0	104.588	76,6	137.953.959	81,25	160.925.792	84,36
Urbana	247.016	76,15	345.893	23,4	31.845.211	18,75	29.830.007	15,64

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

De acordo com o censo de 2000, os municípios com maiores taxas de urbanização são: Boa Vista com 98,27%; São João da Baliza com 76,25%; Iracema com 67,52%; São Luiz com 64,90% e Mucajaí com 62,50%. Os municípios que podem ser considerados rurais, por terem as menores taxas de urbanização, são: Uiramutã com 9,05%; Cantá com 13,48% e Amajari com 15,09%. Em números absolutos, no ano 2000, o município de Rorainópolis quase triplicou sua população, passando de 5.496 habitantes, em 1991, para 17.393 habitantes em 2000. A população dos municípios de Caracarái, Bonfim e Cantá praticamente duplicaram, passando de 8.773, 5.436 e 4.042 habitantes em 1991 para 14.286, 9.326 e 8.571 habitantes em 2000, respectivamente. No entanto, os municípios de Amajari e Uiramutã reduziram sua população pela metade. Isso se deve, em parte, pelo fechamento das áreas de garimpos e, conseqüentemente, da retirada dos garimpeiros em 1992, uma vez que estavam nas áreas desses novos municípios. (Portela, 2009, p. 44).

DINÂMICA DA EXPANSÃO URBANA

A maioria dos roraimenses reside em áreas urbanas (76,6%), sendo

Tabela 8

Crescimento populacional dos estados da região Norte (1950/2000)

Estados	1950/1960	1961/1970	1971/1980	1981/1991	1991/2000
Rondônia	6,39	4,76	11,03	7,87	2,24
Acre	3,20	3,13	3,43	3,01	3,29
Amazonas	3,33	3,03	4,12	3,57	3,31
Roraima	4,65	3,75	6,83	10,64	4,58
Pará	3,11	3,55	4,62	3,46	2,57
Amapá	6,14	5,37	4,36	4,65	5,77
Tocantins	-	-	-	2,01	2,61

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1950/2000.

o restante (23,4%) residente de áreas rurais. Aproximadamente 84,7% da população tem acesso à água tratada e 14,5% contam com serviço de rede de esgoto. Conforme o Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (2010), o estado possui 271.890 eleitores.

Entre 1970 e 1980, a população de Roraima praticamente duplicou, apresentando uma taxa anual de crescimento na ordem de 6,83% ao ano. Também nesse período, Roraima sofreu profundas transformações na estrutura populacional, com destaque para a consolidação da transição urbana do estado, que ocorreu na década de 1980 (Rodrigues, 1996).

Essa tendência à concentração urbana em Roraima é explicada, em parte, pelo resultado dos esforços, sem grandes sucessos, dos empreendimentos dos governos federal e estadual na implementação de políticas de colonização e incentivo à migração para área rural (Barbosa, 1994). Outro fator que contribuiu para a concentração urbana foi a “corrida do ouro” na década de 1980. Como a maioria dos garimpos estava localizada em áreas distantes de núcleos urbanos, como as vilas, povoados e as pequenas cidades, as referências de apoio para os garimpeiros eram as cidades maiores, mais precisamente a capital Boa Vista, que tornou-se, desta forma, o núcleo de atração dessa população, por possuir maior e melhor infraestrutura de serviços e de lazer, como bares, cabarés, boates, além do comércio para abastecimento de produtos e equipamentos para a mineração. (Rodrigues *et al.*, 2002)

Mas apesar da natureza rural dos atrativos populacionais, das atividades de garimpagem e dos assentamentos agrícolas, Roraima é um estado com população eminentemente urbana. Já na década de 1990, o estado foi o que mais cresceu populacionalmente entre todos os estados da região

Norte, com uma taxa de 10,64% ao ano, enquanto com o estado de Rondônia, na mesma década, apresentou uma taxa de crescimento populacional de 7,87%, e o Amapá 4,65%.

A REDE URBANA

Dois importantes desdobramentos das intensas correntes inter e intramigratórias vivenciados por Roraima ao longo das últimas décadas foram, indubitavelmente, as emancipações municipais e a formação de uma rede urbana desequilibrada. Neste contexto, Boa Vista se sobressai como o principal e mais complexo núcleo urbano, constituindo-se como cidade primaz e ponto de referência para a população (Amorim Filho; Diniz, 2005). Na cidade de Boa Vista, congregam-se 76,15% da população de Roraima, o que torna a cidade 23,93 vezes maior do que o segundo maior centro urbano (Caracarái) e 27,43 vezes maior do que o terceiro maior centro urbano (Rorainópolis). Um grupo intermediário de cidades exibe populações oscilando entre 5 e 9 mil habitantes. Por fim, um numeroso grupo, composto por núcleos urbanos embrionários, com população abaixo de 5 mil habitantes, completa o conjunto de cidades da rede urbana de Roraima.

Em estudo recente, Amorim Filho e Diniz (2005) exploraram a organização dos centros urbanos de Roraima, revelando que suas cidades encontram-se em uma etapa bastante incipiente de hierarquização, uma vez que, excluindo Boa Vista, a rede urbana de Roraima conta, predominantemente, com aglomerações de caráter semiurbano, com a maioria da população ativa ocupada em atividades do setor primário da economia. No mesmo estudo, os autores identificam três classes de cidades na rede urbana de Roraima. No topo da hierarquia, figura Boa Vista, importante centro regional que exibe a maior renda *per capita* de Roraima e níveis superiores de desenvolvimento humano e de infraestrutura. Apesar de seu porte de cidade média, Boa Vista desempenha muitas funções características de cidades maiores, a começar por aquelas próprias de uma capital de estado.

INCLUSÃO SOCIAL

A CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL MAIS JUSTO

A grande marca do governo federal nos últimos dez anos foi a inclusão baseada no desenvolvimento econômico e social. O objetivo maior da estratégia de desenvolvimento socioeconômico de longo prazo dos governos Lula e Dilma, e inédito no Brasil, tem sido a inclusão e a proteção social, com radical redução da pobreza e incremento da igualdade de oportunidades para todos (Bielschowsky, 2014).

No âmbito do governo federal, várias ações de planejamento e gestão foram estruturadas com foco potencial no combate às desigualdades regionais. O governo inovou fortemente o conteúdo de desenvolvimento regional, na inovação em integração da região, com foco nas ações de desenvolvimento.

A capilaridade das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil na década surtiram efeitos diretos na região Norte, mais fortemente na economia e na vida social da população. O que acabou por beneficiar ao estado de Roraima nas mais diversas formas e ações governamentais.

O BRASIL DA MUDANÇA

A combinação de políticas sociais inclusivas e grandes obras de infraestrutura fomentaram o desenvolvimento da região. Um conjunto

de ideias foram sugeridas com o objetivo de alavancar o crescimento econômico, dentre tantas, vale ressaltar as propostas do programa Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) no segundo governo Lula.

Essa política voltou-se para a redução das desigualdades regionais e também para a ativação das potencialidades de desenvolvimento das regiões brasileiras. O ponto central da estratégia foi valorizar a magnífica diversidade regional do país. Diversidade que se desdobra em múltiplas dimensões – ambiental, socioeconômica e cultural –, capaz de servir de base a um desenvolvimento includente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa. (Ministério da Integração Social, 2005, p. 5).

O fenômeno da pobreza e a má distribuição da renda, no entanto, são considerados fatores de grande impasse para o desenvolvimento econômico das cidades. O governo federal enfrentou esse fenômeno de diversas formas, tais como a adoção de políticas sociais e políticas de demanda e oferta para o mercado de trabalho.

Teoricamente, as políticas públicas e sociais focadas no combate a pobreza, por meio de programas sociais de transferência direta de renda, auxiliam diretamente a parcela da população brasileira com privação de bens. Os programas de transferência de renda constituem-se em um tipo de programa social que beneficia os mais necessitados.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano e Social, transferência de renda é uma das seguranças que a política de Assistência Social deve garantir. É um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza, por meio do acesso à renda e pela promoção da autonomia dessas famílias.

Com base legal na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Fundo de Participação de Municípios (FPM) é uma modalidade de transferência governamental específica entre governo federal e os municípios. O FPM é uma transferência constitucional composta pelo percentual de 23,6% sobre a arrecadação líquida do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI), de modo que esta transferência se constitua a principal fonte de renda dos municípios e do próprio estado de Roraima através do Fundo de Participação do Estado (FPE).

O estado de Roraima possui uma atividade econômica pouco expressiva, com alto grau de dependência de transferências governamentais. O FPM representa, por um lado, a principal fonte de receita para os municípios, sendo fundamental na composição da renda dessas cidades.

FPM E FPE EM RORAIMA

Roraima é altamente dependente das chamadas Transferências Correntes que consistem em recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) é a principal fonte de renda do estado, de acordo com o Demonstrativo de Distribuição da Arrecadação do Sistema de Informações Banco do Brasil (SISBB), o valor bruto repassado para o estado no dia 30 de setembro de 2015 foi de R\$ 46.104.537,69.

Este valor é significativo, pois quando se comparam as receitas próprias do estado e as Transferências Correntes encontradas na Lei Orçamentária Anual 2013, por exemplo, constata-se que Roraima é altamente dependente dessas transferências, as quais consistem nos recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados. Segundo a peça orçamentária, da receita estimada em 2013, orçada no valor total de R\$ 2.252.358.841,00, cerca de R\$ 2.064.185.094,00 representam receita dessas Transferências advindas da União.

Tabela 9

Transferências correntes (2013)

Receitas correntes	2.537.628.843
Receita tributária	470.741.076
Receita patrimonial	631.538
Receita industrial	0
Receita agropecuária	0
Receita de serviços	58.965
Transferências correntes	2.064.185.094

Os recursos destinados à educação e à saúde assumem, no âmbito deste estado, elevadas quantias, as quais são utilizadas para a realização de despesas correntes e despesas de capital. A distribuição, por unidade orçamentária, destes dispêndios, adquire os seguintes contornos, conforme LOA-RR 2013.

Tabela 10

Recursos destinados à educação (2013)

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	133.654.030
Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desportos	133.654.030
Universidade Estadual de Roraima (UERR)	29.139.139
Fundação Universidade Virtual de Roraima (UNIVIRR)	6.538.535
Fundeb	359.618.544
Valor total	662.604.278

Segundo dados do Inep e do Ipea, Roraima tem um gasto médio por aluno que supera em muito a média nacional:

Tabela 11

Gastos por aluno em R\$ (2013)

	Total de 4 a 17 anos
Média por aluno em Roraima, 2009	4.365,37
Média nacional, 2009	2.948,00

As despesas de saúde em Roraima são executadas, majoritariamente, com recursos oriundos da União e do Estado, conforme preconiza a Lei 8.080/1990 que regulamenta o SUS. O volume financeiro, no exercício de 2012, foi o seguinte:

Tabela 12

Recursos destinados à saúde (2012)

Recursos repassados pela União – FNS 2012			
Bloco de financiamento	Valor (R\$)	Bloco de financiamento	Valor (R\$)
Atenção básica	36.095.508,18	Média e alta complexidade	71.731.683,64
Assistência farmacêutica	2.719.458,80	Gestão do SUS	4.953.821,84
Vigilância sanitária	12.799.689,77	Investimentos	4.252.157,45
Recursos oriundos do estado de Roraima – FES 2012			
Origem	Volume R\$	Percentual sobre o total da despesa do estado de RR	
Fundo Estadual de Saúde	241.484.933	11,82	

A realidade encontrada na maioria dos municípios roraimenses é de dependência dos repasses do governo federal, não sendo o único, mas, segundo análises, é a fonte financeira mais importante, pois ne-

nhum município de Roraima possui autonomia orçamentária independente do FPM, ou seja, a partir de recursos originados nos municípios, como se destaca na Tabela 13.

Tabela 13

Dependência dos municípios de repasses do Governo Federal

Municípios	Arrecadação	FPM(B)
Alto Alegre	0	3.797.448
Amajari	0	2.278.469
Boa Vista	256.473.997	223.399.662
Bonfim	0	3.037.958
Cantá	0	3.797.448
Caracaraí	4.096.179	4.556.937
Caroebe	0	2.278.469
Iracema	0	2.278.469
Mucajá	2.915.169	3.797.448
Normandia	0	2.278.469
Pacaraima	614.364	3.037.958
Rorainópolis	3.366.307	5.316.426
São João da Baliza	2.569.280	2.278.469
São Luiz	108.795	2.278.469
Uiramutã	0	2.278.469
Total	270.144.091	266.690.565

Fonte: MPS e STN (2013).

Dos 15 municípios analisados, 100% demonstraram de forma inequívoca a dependência financeira de repasses, sendo Boa Vista o único município que possui arrecadação superior ao FPM. Nos demais, ao contrário, os repasses superam as arrecadações tributárias próprias, fato que confirma a dependência financeira absoluta e total. Em alguns casos, ratifica-se a importância das transferências governamentais para essas localidades e, em muitos casos, configurando-se o único meio de renda da população.

A demonstração dessa realidade, em que se evidencia que o estado ainda é muito dependente dessas Transferências Correntes, é importante porque, mesmo com essa realidade, constata-se que o PIB do estado, na última década, vem aumentando. Este paradoxo é possível devido aos fartos recursos do governo federal – sem fazer referência às Transferências Correntes destinadas na última década, como se demonstrará neste trabalho.

RORAIMA: CRESCIMENTO ECONÔMICO COM INCLUSÃO SOCIAL

Na década de 2000, o PIB *per capita* do estado de Roraima tem apresentado taxas de crescimento, impulsionado pelos programas de incentivo do governo federal relacionados com a valorização da renda mínima dos trabalhadores e fortalecimento da economia.

Tabela 14**PIB *per capita*, em valores correntes (2000-2011)**

	Roraima	Crescimento (%)	Brasil
2000	3.855		6.886
2001	4.065		7.492
2002	6.513		8.382
2003	7.455		9.498
2004	7.361	1,4	10.692
2005	8.125	1,9	11.658
2006	9.074	3,1	12.688
2007	10.534	4,6	14.183
2008	11.845	3,2	15.992
2009	13.270	2,4	16.918
2010	14.052	2,4	19.509
2011	15.105		21.252

Fonte: SEPLAN/RR, IBGE, contas nacionais e BC.

A renda real roraimense apresentou crescimento forte e contínuo no período 2002-2011, com efeitos diretos sobre a redução da pobreza e da desigualdade. O PIB *per capita* em 2011 ficou estimado em R\$ 15.105, o que dá a Roraima a 14^a posição no ranking nacional.

Tabela 15**Roraima e Brasil – Evolução do Índice de Gini**

Área	1991	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
RR	0,6216	0,564	0,538	0,561	0,527	0,579	0,544	0,560	0,5143	0,5321	0,5243	0,6398	0,5250	0,504	0,505
Brasil	0,634	0,6383	0,572	0,573	0,566	0,559	0,552	0,548	0,5540	0,5441	0,5401	0,5331	0,5292	0,496	0,498

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Pnad/IBGE.

O Índice de Gini, cálculo usado para medir a desigualdade social, passou de 0,564 em 2000 para 0,505 em 2013 em Roraima. Considerando os rendimentos de todas as fontes (incluindo, além da renda do trabalho, ou-

tras, como patrimônios e investimentos), o Índice de Gini caiu continuamente, no período 2002-2013, em patamares diferentes, ficando praticamente estável entre 2003-2006, com pequenas oscilações e com leve crescimento em 2010. O que se pode observar é que, em relação ao rendimento do trabalho, o Norte tem o Gini estável segundo dados do IBGE, demonstrando que a política de valorização do salário-mínimo do governo federal dá estabilidade ao trabalhador brasileiro: de algum modo o trabalhador obteve ganhos com as políticas adotadas.

Dentre os municípios do estado de Roraima, o município que possuía o melhor Índice de Gini era Amajari, com 0,474, e o município com o pior índice era Normandia, com 0,789. De todos os municípios do estado naquele ano, quatro deles (26,7%) apresentavam um Índice de Gini situado entre 0,560 e 0,650; cinco (33,3%) estavam entre 0,600 e 0,650; três (20%) estavam entre 0,650 e 0,700; apenas um (6,7%) tinha um valor entre 0,700 e 0,750; e 2 (13,3%) tinham um valor entre 0,750 e 0,800 (Tabela 16).

No ano de 2000, o Índice de Gini apresentou algumas alterações: cinco municípios (33,3%) estavam entre 0,550 e 0,600; quatro municí-

Tabela 16

Evolução do Índice de Gini em Roraima (1991/2000)

Município	Índice em 1991	Posição	Índice em 2000	Posição
Uiracumã	0,756	2 ^o	0,796	1 ^o
Normandia	0,791	1 ^o	0,789	2 ^o
Caroebe	0,563	14 ^o	0,702	3 ^o
Rorainópolis	0,617	9 ^o	0,702	4 ^o
Pacaraima	0,629	7 ^o	0,681	5 ^o
São Luiz	0,629 8	o	0,656	6 ^o
São João da Baliza	0,612	10 ^o	0,643	7 ^o
Amajari	0,474	15 ^o	0,637	8 ^o
Caracarái	0,658	4 ^o	0,613	9 ^o
Cantá	0,606	11 ^o	0,605	10 ^o
Mucajái	0,716	3 ^o	0,589	11 ^o
Iracema	0,595	12 ^o	0,582	12 ^o
Boa Vista	0,573	13 ^o	0,580 1	3 ^o
Alto Alegre	0,666	5 ^o	0,575	14 ^o
Bonfim	0,654	6 ^o	0,551	15 ^o

Fonte: SEPLAN – Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima, 2009.

pios (26,7%) se situavam entre 0,600 e 0,650; dois municípios (13,3%) tinham um valor entre 0,650 e 0,700; dois municípios (13,3%) estavam entre 0,700 e 0,750; e dois municípios (13,3%) entre 0,750 e 0,800. (DEES/Seplan: Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima. Boa Vista, 2009).

O Coeficiente de Gini vem caindo de forma significativa ao longo da década de 2000, passando de 0,6202 a 0,504 entre 2000-2012. Esses resultados positivos são contemplados por diversas conquistas no campo da redução da pobreza, do mercado de trabalho, da educação, da saúde e de acesso a bens e serviços, como se destacará nas páginas seguintes.

No período 2001-2012, a economia roraimense foi marcada pela combinação de crescimento econômico e melhora na distribuição de renda. O PIB *per capita* real roraimense aumentou 30% e foi caracterizado por uma evolução mais favorável da renda da população mais pobre.

IDH M EM RORAIMA

A metodologia de cálculo do IDHM envolve a transformação de três dimensões (educação, longevidade e renda) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor) e a combinação destes índices em um indicador síntese. (Seplan: Informações Socioeconômicas do Município de São Luiz do Anauá. R. 2010, p. 28).

Tabela 17

Evolução do IDHM em Roraima (1991, 2000 e 2010)

Pontuação	Classificação	Ano	Ranking	IDHM	Renda	Longevidade	Educação
0,000 - 0,499	Muito baixo	1991	10 ^o	0,459	0,643	0,628	0,240
0,500 - 0,599	Baixo	2000	13 ^o	0,598	0,652	0,717	0,457
0,700 - 0,799	Alto	2010	13 ^o	0,707	0,695	0,809	0,628

Fonte: Atlas Brasil.2013.

A classificação do IDHM de Roraima mudou de “médio” (0,692 em 1991) para “alto” (0,707 em 2010). O subíndice educação, uma das variáveis que compõem o IDHM, é o que mais puxou para baixo o desempenho do estado.

Em uma década, saímos de um patamar “baixo” para a classificação “alta”, isso mostra a eficácia e eficiência das políticas públicas do governo federal em Roraima. Em 2010, a educação no estado teve uma pontuação de 0,628, enquanto os subíndices renda (0,695) e longevida-

de (0,809) alcançaram níveis maiores. Embora seja o componente com pior marcação, foi na educação que mais houve avanço nas duas últimas décadas no estado. Em 1991, a educação tinha um IDHM 0,240, o que representa um salto de 128% se comparado à pontuação de 2010. A renda mensal *per capita* saltou 14,2% no período e 73% dos municípios avançaram acima do crescimento da média nacional (Tabela 18).

Tabela 18

Produto Bruto *per capita* dos municípios do estado de Roraima – R\$ 1,00 (2009 e 2010) e IDHM 2000

Município	2009	2010	Variação 10/09 (%)	IDHM 2000
Amajari	8.627	9.075	5%	0,654
Alto Alegre	9.993	10.080	1%	0,662
Boa Vista	15.326	16.393	7%	0,779
Bonfim	10.361	10.988	6%	0,654
Cantá	12.233	11.832	-3%	0,659
Caracarái	8.882	9.862	11%	0,702
Caroebe	10.214	10.346	1%	0,661
Iracema	11.378	9.766	-14%	0,713
Mucajaí	11.115	11.151	0%	0,726
Normandia	9.912	10.019	1%	0,600
Pacaraima	10.135	10.936	8%	0,718
Rorainópolis	8.722	9.308	7%	0,676
São João da Baliza	9.849	9.764	-1%	0,729
São Luiz	9.101	9.455	4%	0,704
Uiramutã	6.734	7.540	12%	0,542
Roraima	13.270	14.052	6%	0,746

Fonte: SEPLAN - Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima, 2009.

Os municípios do estado de Roraima que possuem o maior IDHM em 2000 eram: Boa Vista (0,779), São João da Baliza (0,729), Mucajaí (0,726), Pacaraima (0,718) e Iracema (0,713). Já os municípios de menor IDHM eram: Cantá (0,659); Amajari (0,654), Bonfim (0,654), Normandia (0,600) e Uiramutã (0,542).

Em 2013, o município de Boa Vista obteve o índice mais alto de cobertura, 99,79%, seguido de São João da Baliza, que acompanhou 93,39% das famílias beneficiadas. Os municípios de Rorainópolis e São Luiz não conseguiram atingir as metas estabelecidas. Rorainópolis deve-

ria acompanhar 73% das famílias, porém atingiu 63% dos beneficiários, e São Luiz alcançou 71,61% e a meta era de 80%.

Uma das políticas públicas de distribuição de renda para o estado de Roraima e os seus municípios, nesta última década, foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf atua diretamente nos municípios através das famílias beneficiadas, e de 102 contratos em 2002-2003 saltou para perto de quatro mil em 2008-2009, distribuídos conforme a Tabela 19.

Tabela 19

Financiamento do Pronaf em Roraima – Crescimento e distribuição e geração de renda (em R\$ milhões)

2002/2003		2006/2007		Variação(%)	Cresc.	2008/2009		2009/2010	
Contratos	Milhões	Contratos	Milhões			Contratos	Milhões	Contratos	Milhões
102	1	1.254	13,78	1.308,15	461%	3.916	12,9	412	5,49

Fonte: PAC - Balanço 4 anos 2007-2010, Roraima.

Nos últimos dez anos, Roraima registrou mais de mil agricultores no programa e obteve um crescimento de recursos em 2002, que foi de R\$ 1 milhão para R\$ 13,78 milhões em 2007. Além de disponibilizar mais recursos para o meio rural, o Pronaf alcança, efetivamente, um número maior de agricultores. Em muitos municípios, o recurso oferecido pelo programa é maior, inclusive, que o valor recebido pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por isso, o Pronaf é um programa de incentivo à agricultura familiar e aos municípios. Ele estimula e impulsiona a economia local, principalmente nas pequenas regiões onde o meio rural é muito presente. (Portal da Cidadania, 2015).

Segundo o MDA, Roraima possui 8.906 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 86% do total de estabelecimentos rurais do estado, de acordo com o Censo Agropecuário mais recente (2006). A agricultura familiar emprega cerca de 25 mil pessoas. O estado detém o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) da região Norte, atrás apenas do Amazonas e de Rondônia. A agricultura familiar em Roraima é responsável por 99% da produção de feijão, 92% de mandioca, 61% de milho em grão, 93% de café, 32% de leite, 75% do rebanho de aves, 37% de bovinos e 57% de suínos.

ECONOMIA

Na última década, o Brasil apresentou um ambiente macroeconômico favorável. Para tanto, demonstrou maior capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional. O crescimento econômico da região Norte é parte integrante de ações promovidas pelo governo federal, numa combinação de políticas sociais inclusivas, atuando como grandes instrumentos de desenvolvimento local e com a redução de desigualdade. As políticas governamentais recentes desenvolveram uma capilaridade econômica inédita no enfrentamento dos desafios de um país desigual, com destaque para as estruturas da produção na região Norte. O Índice de Gini reflete melhora na distribuição de renda regional. Os estados de Roraima e do Amapá apresentam um dos melhores níveis de escolaridade e IDH da região, embora sejam os que apresentam menores PIBs da Amazônia Legal em termos absolutos. Os entraves ao crescimento e desenvolvimento do Norte vêm da herança do processo histórico de ocupação da região. Portanto, a discussão sobre esses entraves, a melhoria das condições de vida da população nortista e a distribuição espacial da atividade econômica na região, aponta para um panorama amplo, sobre diversos temas de relevância econômica, tratando-os em vários eixos, como políticas públicas, tributos e logística.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Crescimento econômico com inclusão social é a agenda estratégica das políticas públicas dos governos Lula e Dilma. O crescimento econômico está diretamente ligado à valorização da renda e ao crescimento do PIB, sobre os quais estão assentados o crescimento do salário-mínimo real, baixas taxas de desemprego e um processo crescente de distribuição de renda; nesse sentido, houve esforços concretos de destinação crescente de recursos do governo federal através de transferências, impulsionando o crescimento da renda da população e dinamizando a economia local.

O PIB de Roraima vem apresentando uma tendência crescente ao longo da década, o que é positivo para o desenvolvimento da economia do estado. Partindo da premissa de que o crescimento econômico constitui um processo que observa um conjunto de variáveis e aspectos estruturais, conjunturais e políticos; o crescimento de uma região não pode ser visto baseado unicamente no desempenho de suas contas agregadas, mas também na análise qualitativa destas, refletindo no crescimento social. Na perspectiva do crescimento do PIB, Roraima é parte disto, a promoção do crescimento econômico trouxe um visível avanço na esfera social da população.

No período de 2002 a 2010, as regiões Nordeste e Norte aumentaram suas participações no PIB, respectivamente, em 0,5% e 0,6%. A região Norte foi o grande destaque quanto ao crescimento real do PIB das grandes regiões do país. Seu crescimento foi de 9,9%, enquanto no Sul e Sudeste o aumento foi de 7,6%.

Tabela 20

Evolução do PIB em Roraima em R\$ bilhões (2002-2013)

2002	2.313	2006	3.660	2010	6.341
2003	2.737	2007	4.169	2011	6.951
2004	2.811	2008	6.063.728	2012	6.000
2005	3.179	2009	5.593	2013	6.400

Fonte: IBGE. CONAC - Coordenação de Contas Nacionais e SEPLAN/RR.

Incentivado pela distribuição de renda no Brasil, o crescimento do PIB de Roraima segue a tendência geral, uniforme, no entanto, é completamente ascendente em 2009, com a taxa de crescimento de 4,6%,

quando o Brasil sofreu fortes reflexos da crise mundial. Apesar da alta taxa de crescimento, o estado ainda deteve o menor valor do PIB dentre os estados brasileiros.

O valor estimado em 2009 foi de R\$ 5,593 milhões correspondendo aproximadamente a 0,2% do PIB nacional. O PIB *per capita* estimado em R\$ 13. 270,47 é o terceiro maior da região Norte e o 14º no *ranking* nacional. (IBGE-Contas Regionais do Brasil, 2005-2009). Entre 2003 e 2010, o crescimento anual médio foi de 6,6%, apesar da taxa de crescimento, o estado ainda mantém a 27ª colocação no *ranking* brasileiro.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, concentra 72,8% do PIB, conforme o IBGE. Os dados, divulgados pela Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), apontam que a capital representou R\$ 5, 3 bilhões do PIB de R\$ 6 bilhões que Roraima teve em 2012. Coincidentemente é nesta capital que se concentra a maior parte dos recursos do governo federal que não são de Transferências Correntes.

Tabela 21

Roraima e Brasil – Taxa de crescimento real do PIB (2002-2011)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Roraima	8,1	3,4	5,5	4,4	6,3	2,6	7,6	4,6	9,6	3,7
Brasil	1,5	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,3	7,5	2,7

Fonte: IBGE. CONAC - Coordenação de Contas Nacionais e SEPLAN/RR.

Com um crescimento médio de cerca de 6% ao ano na fase recente do ciclo de crescimento brasileiro, considerando-se o período entre 2008 e 2011, Roraima foi um dos estados que mais cresceu no Brasil, superando a média do país nesse período.

DESEMPENHO ECONÔMICO DE RORAIMA

Em 2010, a região Norte teve a participação de 5,34% na composição do PIB nacional, o que representou R\$ 201,511 milhões dos R\$ 3.770,085 bilhões do produto total do país. Já o estado de Roraima apresentou um produto de R\$ 6,341 milhões, equivalente a 0,17% do PIB nacional e 3,15% do PIB regional (Tabela 22).

Dos 449 municípios que compõem a região Norte, o agregado dos seis municípios com as maiores economias alcançava aproximadamente 50% de toda a renda gerada na região (Gráfico 2).

O PIB a preços de mercado cresceu em volume no ano de 2010, 7,5% em relação ao ano de 2009. No período 2002-2010, o PIB regional apresentou um crescimento de 3,44%, saltando de R\$ 69.310 para R\$ 201.511 milhões respectivamente em volume monetário. O

Tabela 22

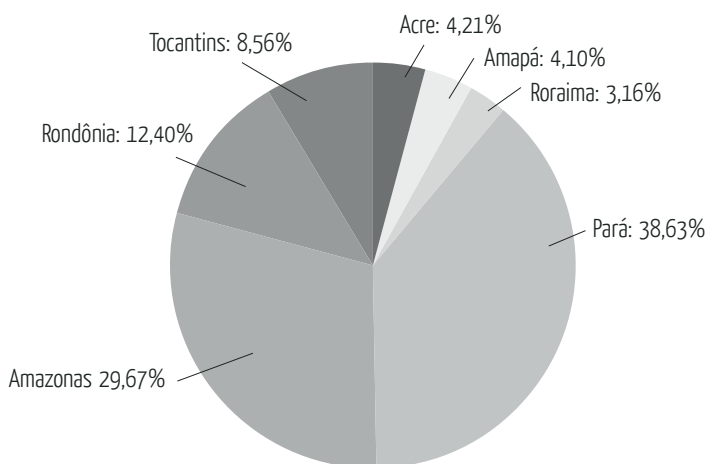
Brasil, região Norte e Roraima – Produto Interno Bruto, preço de mercado corrente e participação (em R\$ milhões)

Ano	Brasil (A)	Região Norte (B)	Roraima (C)	(B/A) %	(C/A) %	(C/B) %
2002	1.447.822	69.310	2.313	4,69	0,16	3,34
2003	1.699.94	81.200	2.737	4,78	0,16	3,37
2004	1.941.498	96.012	2.811	4,95	0,14	2,93
2005	2.147.239	106.442	3.179	4,96	0,15	2,99
2006	2.369.484	119.993	3.660	5,06	0,15	3,05
2007	2.661.345	133.578	4.169	5,02	0,16	3,12
2008	3.032.413	154.703	4.889	5,10	0,16	3,16
2009	3.239.404	163.208	5.593	5,04	0,17	3,43
2010	3.770.085	201.511	6.341	5,34	0,17	3,15

Fonte: SEPLAN – Produto Interno Bruto Estadual e Municipal, 2013.

Gráfico 2

Roraima – Evolução do PIB em R\$ bilhões^o (2002 a 2013)



Fonte: SEPLAN – Produto Interno Bruto Estadual e Municipal, 2013.

PIB estadual, por sua vez, teve um crescimento de 3,65% no mesmo período. O incremento anual médio foi de 3,6%, acima do registrado na década anterior, 1991-2000, quando o PIB a preços de mercado cresceu, em média, 2,6%.

PARTICIPAÇÃO E CRESCIMENTO DOS SETORES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

Em 2010, o PIB de Roraima alcançou o maior crescimento em dez anos. Com um volume na ordem de 9,6%, ocupando a 9ª posição no *ranking* nacional e a 5ª posição na região Norte. Entre 2006 e 2010, o crescimento anual médio foi de 6,1%. Apesar da alta taxa de crescimento, o estado ocupa a 25ª colocação no *ranking* brasileiro. O valor do PIB corrente em 2010 foi de R\$ 6,341 milhões correspondendo aproximadamente a 0,17% do PIB nacional. O PIB *per capita* estimado em R\$ 14.052,00 é o terceiro maior da região Norte e o 14º do *ranking* nacional.

PARTICIPAÇÃO SETORIAL

A administração, saúde e educação públicas e seguridade social continuam sendo a principal atividade econômica do estado, participando com 49,73% do valor adicionado bruto estadual em 2010, contra 47,8% em 2009, obtendo assim um crescimento em volume de 5,9%. Os itens comércio, outros serviços e serviços de informação correspondem a 20,74% do produto local (Tabela 24).

A agropecuária obteve um crescimento em volume de 4,1% e foi responsável por 4,74% do valor adicionado bruto do estado em 2010, contra a expressiva queda de -8,1% em 2009, o que demonstra sinais de recuperação. A atividade industrial (extrativa mineral, transformação, construção civil e serviço de utilidade pública) com participação de 13,02% (Gráfico 3).

Boa Vista concentra as principais atividades econômicas do estado. Com um volume de R\$ 3.550,084 milhões, o setor de serviço alcançou o melhor desempenho entre os três setores da economia roraimense em 2010, (com a participação de 85,9%) na composição do produto local, apesar da indústria de transformação ter crescido (8,67%), entre 2009-2010, o que corresponde em valor adicionado um montante de R\$ 607.457, capitaneada pelo forte crescimento da construção civil para o ano corrente (Tabela 24).

Tabela 23

Roraima – Valor adicionado bruto das atividades econômicas a preço básico em ordem decrescente (2006/2010)

Atividade	2006	2007	2008	2009	2010
Administração, saúde, educação pública	1.624	1.853	2.131	2.462	2.893
Comércio	366	393	445	579	698
Construção civil	245	295	367	439	550
Outros serviços	235	279	376	436	421
Atividades imobiliárias e aluguel	256	312	329	359	379
Agropecuária	259	257	290	291	276
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	108	129	135	168	180
Transportes, armazenagem e correios	92	90	110	123	125
Indústria de transformação	72	68	130	123	102
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	50	65	65	85	90
Serviços de informação	73	75	113	81	88
Indústria extrativa mineral	2	11	11	8	15
Valor Adicionado e preço básico	3.382	3.828	4.503	5.153	5.818
Impostos sobre produto, líquidos de subsídios	278	341	387	440	522
PIB a preço de mercado corrente	3.660	4.169	4.889	5.593	6.341

Fonte: SEPLAN – Produto Interno Bruto Estadual e Municipal, 2013.

Tabela 24

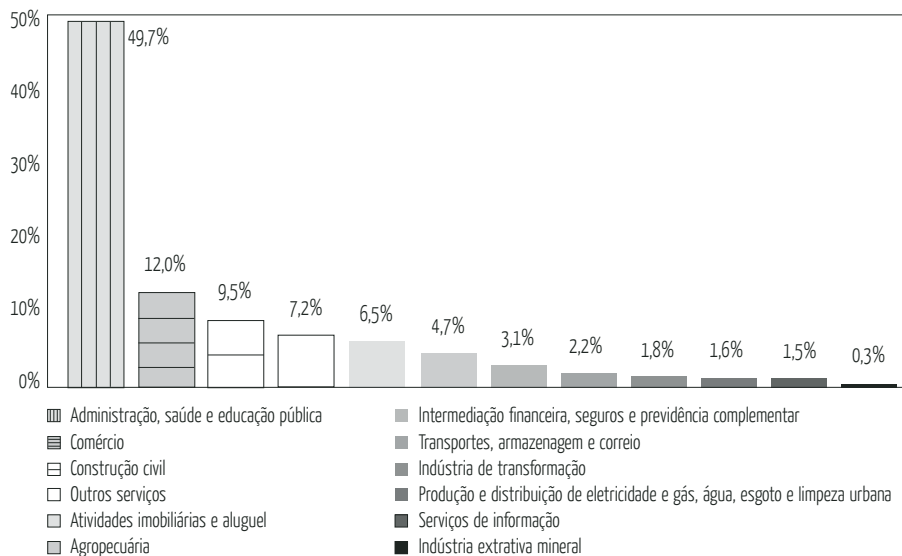
Roraima – Valor adicionado por setor de atividade dos municípios por mesorregião e microrregião em R\$ mil (2010)

Ranking	VA Agropecuária		VA Indústria		VA Serviços	
	Municípios	Valor	Municípios	Valor	Municípios	Valor
1	Boa Vista	40.077	Boa Vista	607.457	Boa Vista	3.550.084
2	Alto Alegre	31.270	Rorainópolis	25.492	Rorainópolis	178.950
3	Cantá	30.689	Cantá	22.519	Caracáí	145.055
4	Bonfim	27.941	Caracarai	17.177	Alto Alegre	118.095
5	Mucajaí	26.683	Mucajaí	16.035	Mucajaí	115.545
Total		156.66		688.680		4.107.729
Participação		56,8%		90,9%		85,9%
Roraima		275.776		757.790		4.784.709

Fonte: SEPLAN – Produto Interno Bruto Estadual e Municipal, 2013.

Gráfico 3

Roraima – Participação dos grandes setores da economia no PIB a preços básicos correntes (2010)



Fonte: SEPLAN – Produto Interno Bruto Estadual e Municipal, 2013.

QUALIDADE FISCAL DE RORAIMA

Em 13 anos, a arrecadação do ICMS no estado cresceu nominalmente 670,30% (1997-2010), enquanto que o PIB roraimense, 545,66% (1997-2008). Ou seja, a arrecadação do ICMS cresceu bem acima da inflação do período e significativamente acima do PIB brasileiro. A região Norte teve o maior crescimento nominal, com 479,06%, seguida da região Centro-Oeste com 449,31%, região Nordeste com 421,97%, região Sul com 374,48%; e região Sudeste com 314,79% (Tabela 25).

A participação porcentual na arrecadação total do ICMS na região Norte foi (4,50%, em 1997, e 5,61% em 2008). Os estados com menor participação são todos da região Norte: Roraima (0,09% em 1997 e 0,14% em 2008), Amapá (0,09% em 1997 e 0,16% em 2008) e Acre (0,09% em 1997 e 0,20% em 2008). No período analisado, a arrecadação total do ICMS em relação ao PIB da região Norte foi de 1,12% em 2008. Somente dois estados apresentaram queda na relação ICMS sobre PIB: Roraima (menos 0,72%) e Mato Grosso (menos 0,22%). Além destes, Amazonas (0,05%) e Goiás (0,06%) tiveram crescimento mínimo. (IBPT, 2010).

Tabela 25**Roraima – Evolução da arrecadação de ICMS (2001/2011)**

Ano	ICMS (R\$ milhões)
2001	118,8
2002	123,9
2003	134,4
2004	150,9
2005	184,6
2006	221,4
2007	269,2
2008	300,8
2009	351,0
2010	413,7
2011	421,5

Fonte: CGEES/SEPLAN – Roraima: Indicadores Gerais - 2012.

A alíquota efetiva média do Simples Nacional em Roraima é de 6,5%. Ela é inferior à média da região Norte (7,2%) e maior que a média nacional (6,4%). O estado de Roraima cobra a 9ª tarifa efetiva mais baixa para o Simples Nacional. (CNI, 2014, p. 24).

PERFIL DA INDÚSTRIA DE RORAIMA

Segundo dados da CNI, o PIB industrial do estado de Roraima em 2011 foi de R\$ 729 milhões, 0,1% é a participação de Roraima no PIB industrial nacional no mesmo ano. Entre 2001 e 2011, a participação de Roraima no PIB industrial nacional permaneceu estável. Já 10,5% foi a participação da indústria no PIB estadual. Em valores correntes, o PIB de Roraima representou R\$ 7,0 bilhões, 0,2% do PIB brasileiro, e 3,1% do PIB da região Norte. (CNI, 2014, p. 20).

Os setores com maior participação no PIB da indústria de Roraima foram alimentos 43,0%; fabricação de produtos de madeira, 19,5% e bebidas, 8,8%. Juntos, esses setores representam 71,2% da indústria de Roraima. A fabricação de bebidas foi a atividade que mais ganhou participação na indústria do estado: aumentou de 0% em 2007 para 8,8% em 2012 (Tabela 26).

Com 488 empresas industriais em 2013, Roraima responde por 0,1% do total de empresas que atuam no setor industrial do Brasil. Roraima é o estado com o menor número de estabelecimentos industriais do país (Tabela 27).

Tabela 26

Empresas industriais

	Roraima	Norte	Brasil
Número de estabelecimentos industriais (2013)	488	18.357	519.624
Participação no número de estabelecimentos industriais no Brasil - % (2013)	0,1	3,5	100,0
Participação dos estabelecimentos industriais no total de estabelecimentos do estado da região e do Brasil (2013)	11,2	12,9	15,2
Estabelecimentos industriais por porte - participação total de empresas industriais no estado, na região e no Brasil			
Microempresa - até 9 empregados - % (2013)	66,2	65,0	68,7
Pequena empresa - de 10 a 49 empregados - % (2013)	28,3	26,2	24,2
Média empresa - de 50 a 249 empregados - % (2013)	4,3	6,8	5,8
Grande empresa - 250 ou mais empregados - % (2013)	1,2	2,0	1,3

Fonte: CNI, 2014.

Tabela 27

Exportações industriais

	Roraima	Norte	Brasil
Exportações de industrializados - milhões US\$ (FOB)(2013)	5	3.905	121.362
Participação nas exportações brasileiras de industrializados - % (2013)	0,0	3,2	100,0
Participação dos industrializados nas exportações da região e do Brasil - % (2013)	62,2	20,5	50,8
Variação da participação dos industrializados nas exportações totais do estado, da região e do Brasil (2003 a 2013)	-35,1	-48,5	-18,8
Exportações de manufaturados - milhões US\$ (FOB)(2013)	0,6	483	90.844
Participação nas exportações brasileiras de manufaturados - % (2013)	0,0	2,6	100,0
Participação dos manufaturados nas exportações totais do estado, da região e do Brasil - % (2013)	7,4	12,4	38,1
Variação da participação dos manufaturados nas exportações totais do estado, da região e do Brasil (2003 a 2013)	-25,4	-31,3	-16,5

Fonte: CNI, 2014.

A indústria de Roraima exportou US\$ 5 milhões em 2013, o estado é o 26º colocado em exportações industriais do país. A indústria é responsável por 62,2% das exportações efetuadas pelo estado. Esse percentual se deve aos produtos semimanufaturados, pois a exportação de produtos manufaturados representa apenas 7,4% das exportações do estado. O setor mais importante para as exportações industriais de Roraima é a fabricação de produtos de madeira, que responde por 84,0% do total exportado em 2013. (CNI, 2014, p. 22).

Segundo dados da CNI, 2014, a indústria emprega oito mil pessoas em Roraima. O estado contribui com 0,1% da força de trabalho industrial nacional. A participação da indústria estadual no emprego industrial nacional se manteve estável entre 2003 e 2013. O setor é responsável por 9,1% do emprego com carteira assinada do estado. Este percentual caiu 2,5 pontos percentuais entre 2003 e 2013. O salário médio da indústria de Roraima foi de R\$ 1.856,00 em 2013; valor 11,1% menor que a média nacional, ocupando o 11º lugar no *ranking* do salário industrial nacional. A força de trabalho industrial no estado representa 74,1% de trabalhadores, que possuem ao menos o ensino médio completo. Esse percentual é superior à média nacional: 48,7%. É o estado com maior percentual de graduados no ensino médio trabalhando na indústria (Tabela 28).

Tabela 28

Mercado de trabalho industrial

	Roraima	Norte	Brasil
Número de trabalhadores da indústria (2013)	8.410	555.032	11.891.353
Participação na força de trabalho industrial do Brasil - % (2013)	0,1	4,7	100,0
Varição da participação do estado na força de trabalho industrial nacional (2003 a 2013)	0,0	1,3	-
Participação da indústria na força de trabalho do estado, da região e do Brasil % (2013)	9,1	20,2	24,3
Varição da part. da ind. na força de trabalho do estado, da região e do Brasil (2003 a 2013)	-2,5	2,0	1,1
Salário industrial médio (2013)	1,856	1,908	2,087
Salário industrial médio - comparação com a média nacional (2013)	-11,1	0-8,6	-
Escolaridade do trabalhador - com participação dos trabalhadores da indústria com pelo menos ensino médio completo - % (2013)	74,1	51,7	48,7

Fonte: CNI, 2014.

Em 2013, a indústria de Roraima pagou R\$ 160 milhões em ICMS. O estado é responsável por 0,2% da arrecadação nacional do ICMS na indústria. O ICMS recolhido representa 17,2% do PIB industrial do estado, maior taxa do país. (CNI, 2014, p. 24), (Tabela 29).

PANORAMA DO COMÉRCIO EXTERIOR RORAIMENSE

No primeiro semestre de 2010, o comércio exterior roraimense registrou um saldo corrente de US\$ 4.150, com ampliação de 6,3% so-

Tabela 29

Arrecadação industrial (2013)

	Roraima	Norte	Brasil
Arrecadação ICMS da indústria – bilhões R\$ (2013)	0,16	4,73	97,89
Participação do ICMS da indústria na arrecadação total de ICMS nos estado, na região e no Brasil - % 2013	34,3	20,9	21,5
Alíquota efetiva média Simples Nacional para a indústria (2012)	6,5	7,2	6,4
Participação na arrecadação nacional de ICMS da indústria - % (2013)	0,2	4,8	100,0
Relação "ICMS da indústria/PIB industrial" – (2011)	17,2	7,0	10,1

Fonte: CNI, 2014.

bre o mesmo período de 2009, quando atingiu US\$ 2.167. As exportações encerraram o período com valor de US\$ 11.636 e as importações de US\$ 7.486.

Em 2012, couro, soja, combustível de aviação e milho em grãos acumularam juntos US\$ 1,7 milhões em exportação nos primeiros seis meses. Mas dos US\$ 3,87 milhões referentes a todos os produtos da pauta de exportações, 52% são da venda de madeira ao exterior, o que em números absolutos representa US\$ 2,021 milhões.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior apontam que a balança comercial do estado, no primeiro semestre de 2013, teve um saldo positivo de pouco mais de US\$ 1 milhão. Apesar dos números favoráveis, os mesmos estudos mostram que houve uma retração de 71% em comparação ao mesmo período de 2012. As exportações nos primeiros seis meses do ano acumularam um total de US\$ 3.870, dos quais 52% refere-se a venda ao exterior de madeira, que totalizou no semestre US\$ 2.021. Os demais produtos da pauta de exportação são couro, com US\$ 611; soja, com US\$ 531; combustível de aviação, com US\$ 503; milho em grãos, com US\$ 111; água mineral, com US\$ 45; e os demais produtos exportados somaram no semestre US\$ 49 (Tabela 30).

O principal destino das exportações roraimenses continua sendo a Venezuela, que no período adquiriu 25% do total exportado pelo estado, resultando num valor de US\$ 981, valor este que foi -71% inferior ao apresentado no primeiro semestre de 2012, que foi de US\$ 3.430. O principal produto adquirido pelo país vizinho continua sendo a madeira.

Tabela 30

Destinos das exportações de Roraima no primeiro semestre de 2013

País de destino	Valor das exportações (em US\$ mil)	Principal produto adquirido
Venezuela	981	Madeira
Holanda	943	Madeira
China	684	Soja e couro
Guiana	406	Milho, soja e água mineral
Itália	255	Couro
Estados Unidos	35	Madeira
Vietnã	21	Madeira
Japão	17	Madeira
Bélgica	16	Madeira
Uruguai	7	Madeira
Alernanha	3	Madeira
Provisão de aeronaves	503	Combustível de aviação
Total	3.870	

Fonte: CNI, 2014.

A indústria de Roraima paga 34,7% a mais na energia elétrica que a média nacional, R\$ 422,01 é o preço médio do MWh para consumidores industriais cativos em 2013. A indústria de Roraima paga a 3ª tarifa de energia mais elevada entre as unidades da Federação. (CNI, 2014, p. 24).

Foram importados em mercadorias para o estado US\$ 2.868 no primeiro semestre de 2013, deste total, US\$ 951 refere-se a eletroeletrônicos, que pelo terceiro ano seguido continua sendo o principal produto importado em Roraima, seguido pelas centrais de ar com US\$ 643, mármore, granitos e porcelanatos com US\$ 332, vidro com US\$ 284, farinha de trigo com US\$ 277, máquinas e equipamentos com US\$ 94 e os demais produtos importados somaram no período US\$ 287.

Tabela 31

Roraima – Balança comercial (2005/2012)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Exportações	9.067	16.414	16.761	16.336	12.686	11.636	15.179	15.159
Importações	879	1.115	1.077	2.454	10.069	7.486	6.756	5.855
Saldo	8.187	15.300	15.684	13.882	2.617	4.150	8.424	9.294

Fonte: CGEES/SEPLAN – RR, 2013.

Quanto à origem dos produtos importados, 71% das mercadorias vêm da China, com destaque para a compra de eletroeletrônicos e centrais de ar; 9% do Canadá, origem de toda farinha de trigo importado para o estado; 7% da Venezuela, principal origem do vidro; e 6% de Hong Kong, origem de parte das centrais de ar importadas, os demais países juntos somam 7% das importações roraimenses.

Em 2014, Roraima teve o maior crescimento percentual das exportações, com alta de 139,74%. Rondônia, Tocantins e Amapá também registraram alta. As vendas ao setor externo no primeiro semestre atingiram o valor de US\$ 17.425, enquanto as importações chegaram a US\$ 4.208, o que resulta no saldo positivo de US\$ 13.217. (Seplan-RR, 2012)

Os dados analisados pela Seplan mostraram que a soja foi responsável por 89,4% das exportações realizadas por Roraima no período de janeiro a junho de 2014, perfazendo o valor de US\$ 15.577. Deste valor, US\$ 15.199 foram referentes às exportações para a Rússia, US\$ 270 para a Guiana e US\$ 108 para a Turquia.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) aponta a soja como um dos principais produtos de exportação roraimense. Com uma área plantada em torno de 18 mil hectares e produção de 25 mil toneladas na última safra, a soja se tornou o principal produto na pauta de exportação, responsável pelo maior crescimento na balança comercial de Roraima nos últimos sete anos, segundo aponta a divulgação do Ministério de Indústria e Comércio Exterior.

TRABALHO E RENDA

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) POR SEXO

Segundo dados do DIEESE (2010-2011), em 2010 Roraima possuía 78.585 postos de empregos formais, o que representa 0,2% dos postos de trabalho no país e o pior da região norte, posição que divide com o estado do Amapá, com igual percentual. Desse total de empregos, as mulheres são 47,6% da população ocupada da PEA e 52,4% são homens, uma diferença negativa de (-4,8%) de postos ocupados por mulheres. A região Norte possuía 2.408.182 postos de empregos formais no ano com representação de 5,5 % nacional.

O Censo mostrou ainda que houve aumento na concentração de renda em Roraima, com uma variação no Índice de Gini de 0,564 em 2000 para 0,6398 em 2010, alta de 1,8% na década. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) afirma que Roraima estagnou. A pesquisa mostra que entre os anos de 2012 e 2013 houve um decréscimo considerável nas condições de vida da população, caindo inclusive o nível da ocupação e renda.

Este é um paradoxo em Roraima, pois apesar dos montantes vultosos destinados pelo governo federal a Roraima, o estado não consegue programar uma política própria de desenvolvimento e de distribuição de renda, ficando anualmente sempre dependente dos recursos federais (Tabela 33).

Tabela 32

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação – Taxa de desocupação por faixa etária em % (2009)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária							Total
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	
Roraima	21,7	14,7	14,6	6,6	4,2	2,5	0,0	9,5

Fonte: DIEESE, 2014

A População em Idade Ativa (PIA) em 2009 chegou a 341 mil pessoas, (166 mil mulheres e 174 mil homens). Desse total, 16,9% (202 mil) faziam parte da População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, estavam inseridas no mercado de trabalho, somando 183 mil ocupados, com uma população de 9,5% de desempregados. (DIEESE, 2014).

Tabela 33

Roraima – Distribuição dos empregos formais por faixa etária em % (2010)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Faixa etária							Total
	Até 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	
Roraima	0,4	14,4	18,0	31,8	21,6	12,9	1,0	100,0

Fonte: DIEESE, 2014

A faixa de indivíduos ocupados com 50 anos ou mais apresentou um percentual de 12,9% em 2010, um aumento de 10,4% na participação da força de trabalho em comparação ao ano anterior (2009), que foi de 2,5%. (DIEESE, 2014). Segundo a Pnad 2009, “a composição dos ocupados está ficando mais concentrada nas faixas mais maduras. A maior participação dos indivíduos com mais de 50 anos na força de trabalho pode ser explicada pelo aumento do grupo no total da população brasileira, que foi de 40% entre os anos de 2001 e 2009”.

RENDA POR DOMICÍLIOS DE RORAIMA

Entre os 27 estados da federação, Roraima é o 10º pior em desigualdade de renda segundo o IBGE. O *ranking* é elaborado através do Índice de Gini (que mede a concentração de renda em uma dada população) e varia de 0 a 1. Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Domicílios (Pnad, 2013), levando em conta os rendimentos conquistados pela população em idade ativa, Roraima manteve estável sua posição no Índice

de Gini, atingindo 0,504 em 2013 e 0,505 em 2012. Embora haja uma tendência em curso de desconcentração da renda no país na década, em 2010 os 10% dos brasileiros com menor rendimento receberam menos do que em 2000 segundo IBGE.

Tabela 34

Famílias residentes por classe de rendimento familiar mensal (2010)

Classes de rendimento mensal familiar	Famílias residentes em domicílios particulares		
	Total	Urbana	Rural
Total	115.844	92.241	23.603
Até 1 salário-mínimo	24.728	16.784	7.944
Mais de 1 a 2 salários-mínimos	26.266	21.383	4.883
Mais de 2 a 3 salários-mínimos	15.140	13.402	1.738
Mais de 3 a 5 salários-mínimos	15.501	14.188	1.313
Mais de 5 a 10 salários-mínimos	14.345	13.596	749
Mais de 10 a 20 salários-mínimos	6.163	5.988	175
Mais de 20 salários-mínimos	2.341	2.278	63
Sem rendimento	11.331	4.594	6.737
Sem declaração	29	28	1

Fonte: CENSO - 2010 - IBGE. Elaboração: SEPLAN /CGEES.

A proporção de pessoas de dez anos ou mais de idade em domicílios com renda *per capita* de até 1 salário-mínimo somam 99.852 mil pessoas. Dessas, 33.293 recebem entre um quarto e metade (25% a 50%) do salário-mínimo respectivamente; 14.563 são economicamente ativas e 18.730 não economicamente ativas; 66.559 têm renda de mais de meio (50%) a um salário. Praticamente metade da população de Roraima com dez anos ou mais vive com um rendimento de trabalho que varia entre menos de um salário-mínimo até cinco salários, o que corresponde a 23% do total da população, aproximadamente. (IBGE, Síntese de Indicadores Sociais, 2010), (Tabela 35).

Analisando o nível de renda da população no período entre 2005 e 2009, 68% recebiam até dois salários-mínimos, apenas 2% tinham renda maior que de dez salários. O setor agrícola, seguido pelo comércio, se destacava como uma das principais atividades econômicas do estado entre 2005-2009, contribuindo com 347.296 postos de trabalho.

A concentração do mercado se reflete no setor agrícola com taxas contínuas de crescimento em torno de 11,6%, (2005-2007), apresentando um

Tabela 35

Roraima – Atividade econômica de pessoas com dez anos ou mais (2005/2009)

Atividade	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência				
	2005	2006	2007	2008	2009
Agrícola	51.041	42.915	43.960	24.565	51.041
Indústria	11.450	14.452	14.622	1.937	11.450
Indústria de transformação	9.196	12.140	12.371	10.034	9.196
Construção	12.188	16.333	11.999	15.043	12.188
Comércio e reparação	27.187	31.312	35.011	32.770	27.187
Alojamento e alimentação	7.749	5.534	4.336	9.482	7.749
Transporte, armazenagem e comunicação	3.400	7.731	5.829	4.503	3.400
Administração pública	19.630	24.954	24.530	26.142	19.630
Educação, saúde e serviços sociais	18.735	18.357	20.278	22.811	18.735
Serviços domésticos	12.019	13.844	13.050	17.753	12.019
Outros serviços coletivos, sociais e serviços	5.076	8.166	7.970	5.875	5.076
Outras atividades	6.108	9.842	11.716	16.578	6.108
Total	174.583	193.440	193.301	187.461	174.583

Fonte: CENSO - 2010 - IBGE. Elaboração: SEPLAN /CGEES.

decréscimo de 2,6% nos anos subsequentes (2008-2009), com um crescimento de 9%, sendo superado pelo comércio em 1,48%, num total de 10,4% de crescimento no mesmo período. No consolidado, o comércio, apresentou uma taxa de crescimento estável para o período, em torno de 8,7%, com leves variações, contribuindo individualmente com 157.527 postos de trabalho.

Em dados gerais, o setor com maior número de empregos em Roraima é o setor público, pois abrange diversas atividades separadas, tais como educação, saúde e administração pública.

Com esses dados, percebe-se que Roraima consegue aumentar o PIB e a renda *per capita*, mas não consegue direcionar os recursos para um projeto de desenvolvimento local capaz de gerar trabalho e renda.

Esses dados estudados até se contrastam com os recursos advindos do governo federal na última década, para a infraestrutura, transporte e rodovias. Os recursos advindos são inversamente desproporcionais à geração e distribuição de renda em Roraima.

INFRAESTRUTURA

TRANSPORTE

RODOVIAS

Roraima possui uma malha viária de aproximadamente 11.000 km. Deste total, apenas 12% são estaduais, 18% federal, e a grande maioria, 70%, são vicinais localizadas nos municípios. Em termo de conservação e trafegabilidade, as rodovias estaduais que são consideradas sub-troncos e estão praticamente 50% pavimentadas, o restante apresenta condições de conservação razoável, sempre a depender do período. No entanto, percebe-se uma dificuldade do estado em ampliar a pavimentação na malha viária sobre sua jurisdição com recursos próprios, há sempre uma dependência de transferências federais para essa finalidade.

As rodovias federais, que são estradas troncos, têm um índice de asfaltamento de aproximadamente 90% e geralmente estão em boas condições de tráfego, três destas rodovias têm recebido atenção especial dos gestores. São elas: as rodovias BR-174, BR-401 e BR-210, estas são consideradas as principais rodovias do estado, em razão de transpor regiões de terras com razoável fertilidade para exploração agropecuária e com condições propícias à silvicultura, podendo servir de corredor de exportação para a Venezuela e para mercados do Caribe, Guiana, México e

Estados Unidos, pela vantagem de apresentarem os custos de transporte substancialmente reduzidos.

Já as vicinais, que estão sob jurisdição dos municípios, a predominância são de estradas sem qualquer tipo de pavimentação, geralmente em mal estado de conservação e com problemas em obras (pontes). A depender do período, muitas ficam praticamente intrafegáveis. No entanto, com exceção da capital, todos os demais municípios receberam do governo federal, no governo Lula e Dilma, no âmbito do PAC, uma patrulha mecanizada com moto niveladora, retroescavadeira e caminhão basculante, fato que garante a esses entes federados plena autonomia para cuidarem de suas rodovias.

Tabela 36

Situação das rodovias

Situação	Tipo de jurisdição			
	Federal	Estadual	Municipal	Coincidente
Não pavimentada	140,00	852,00	7.263,07	-
Pavimentada	1.943,30	404,90	226,00	314,6
Total (em km)	2.083,30	1.256,90	7.462,14	314,6

Fonte: DEIT/RR

BR 174

O estado de Roraima possui uma malha viária bastante reduzida se comparada a outros estados, as rodovias federais são consideradas de grande importância, do ponto de vista social e econômico, por serem consideradas as principais vias de acesso. Duas delas cortam o estado em sentidos longitudinal e a outra latitudinal: a BR 174 e BR 210, respectivamente. A primeira possui 970 km de extensão e, é considerada a principal rodovia do estado de Roraima (Mapa 1).

Esta rodovia atravessa Roraima de norte a sul e, tornou-se estratégica por ligar em um dos seus extremos o estado do Amazonas com seu polo industrial, constituído na Zona Franca de Manaus (ZFM), com mais de 350 empresas multinacionais, a maioria delas com importante fluxo comercial de importação e exportação; e no outro, a Venezuela, que no prosseguimento viário em seu território faz a ligação com a capital Caracas e aos portos Porto Daz e Porto La Cruz.

Mapa 1

Malha rodoviária



Fonte: Ministério dos Transportes / DENITA BR-174.

Ao longo do trajeto da BR 174, foram formando-se núcleos habitacionais, mais tarde transformados em importantes municípios do estado de Roraima. O governo estadual passou a receber estímulos para obras de recuperação e manutenção da rodovia já a partir de 2002, principalmente no governo do presidente Lula, quando aconteceram os primeiros convênios para melhoramento de rodovias, coincidentemente, ao período em que o Estado voltou a atuar como indutor do processo de desenvolvimento público e privado.

A interconexão rodoviária Brasil com a Venezuela se dá no marco BV8, entre os municípios de Pacaraima e Santa Helena do Huayrèn, pela BR 174.

BR 210

A BR 210 atualmente vem recebendo obras de recuperação do governo estadual, com investimentos de R\$ 72,7 milhões, adquiridos por meio de convênio com o governo federal. Esta rodovia é também conhecida por Perimetral Norte, atravessa o estado no sentido latitudinal. A

princípio, quando planejada pelos militares, tinha como objetivo ligar o estado de Roraima ao Amapá.

As obras de pavimentação contam com 65 km de extensão. Ela tem início na BR 174, na altura do entroncamento de Novo Paraíso, até o município São João do Baliza, sendo que os primeiros 15 km já estão totalmente concluídos. Nos 50,5 km restantes, estão sendo executados serviços preliminares. Em consulta ao Departamento de Infraestrutura de Transporte DEIT/SEINF, constatou-se que o estado aguardava o fim do período de inverno para a conclusão dos trabalhos.

Essa obra tem um significado importante do ponto de vista econômico e social, uma vez que sua recuperação vai melhorar, além da segurança no tráfego, a facilitação da logística para oferecimento de serviços essenciais, como saúde, educação, transporte de passageiros e melhorias substanciais no escoamento da produção agrícola regional, com destaque para a produção de banana, principal produto a ser exportado para o estado do Amazonas. A rodovia também é conhecida popularmente por “transbananeira” em virtude do polo produtor de banana na região.

BR 401

A BR 401 foi construída em 1994, possui aproximadamente 120 km pavimentados e liga a capital Boa Vista ao município de Bonfim, que faz fronteira brasileira com a cidade de Lethem (cidade fronteiriça com a República da Guiana). No entanto, 20 km antes de atingir o município brasileiro da fronteira, a rodovia ainda se estende em outro trecho de 85 km que liga ao município de Normandia, ainda em pavimento primário. Bonfim e Lethem são separadas apenas pelo rio Tacutu. Apesar da dificuldade na comunicação dos brasileiros com a língua oficial do país vizinho, os intercâmbios comerciais que há muito já existiam foram enormemente ampliados em ambos os lados da fronteira após a construção da rodovia.

A interconexão rodoviária do Brasil com a República da Guiana dá-se através da ponte sobre o rio Tacutu, entre os municípios de Bonfim e Lethem, construída com recursos federais, no governo Lula.

BR 432

A construção e pavimentação da BR 432, na Vila Novo Paraíso com entroncamento na BR 401, com investimento do PAC da ordem de R\$

250 milhões, teve início em 2012 e contava com investimentos orçados em R\$ 80,45 milhões para o período de 2011 a 2014 e de R\$ 169,55 milhões para além deste período.

A obra, que ainda está em execução, beneficiará os moradores da sede do Cantá, produtores rurais da Vila Central, da Vila Santa Rita, da Vila Félix Pinto, da Vila União e da Vila São José do Baraúna, assim como todas as demais localidades e vicinais da região. A pavimentação melhora as condições de tráfego da população, além de ser estratégica para o desenvolvimento local por permitir o escoamento da produção no estado. Ela também interligará outras duas importantes rodovias do estado, as BR 174 e 401.

CONTORNO OESTE – ANEL VIÁRIO

A construção do Contorno Oeste, anteriormente conhecido como Anel Viário, tem investimento do governo federal no valor de R\$ 68.842.611,23. A obra contou com a construção de dois viadutos, duplicação e restauração de trecho da BR 174/RR (do km 486,8 ao 496,1). Essa obra tinha o objetivo inicial de proporcionar a organização do trânsito na Zona Oeste da cidade de Boa Vista, além de aliviar o trânsito no centro da capital, onde há o desvio dos caminhões de cargas que trafegam na BR 174.

CONSTRUÇÃO DA PONTE RIO TACUTU

Em 31 de Julho de 2003, o presidente Lula e o presidente Bharrat Jagdeo da Guiana reuniram-se em Brasília e foi oficialmente confirmada a decisão de construir uma ponte internacional sobre o rio Tacutu, unindo Bonfim, no estado de Roraima, a Lethem, na República da Guiana, com o objetivo de estimular a integração socioeconômica e bilateral entre os dois países.

No entanto, somente em 2007, depois de superados todos os trâmites burocráticos, deu-se início às obras da construção da ponte sobre o rio Tacutu, com 230 metros de comprimento e 14,80 de largura, com investimento do governo brasileiro de US\$ 10 bilhões, visando atender às necessidades do tráfego e do intercâmbio comercial entre os dois países. A ponte foi inaugurada em 14 de setembro de 2009. Tanto a BR 401 quanto a ponte fazem parte de um projeto grandioso de integração sul-americana,

obedece a acordos bilaterais entre os dois países. Na sua construção, itens de reivindicações da Guiana foram incluídos no projeto, tais como: Gradil no guarda-corpo, iluminação, além de viaduto de inversão de mão.

AEROPORTO

Em 2009, com recursos do PAC, a Infraero reformou e ampliou o aeroporto de Boa Vista, dando à antiga estrutura as condições dispensadas aos mais novos aeroportos públicos do país, praticamente construiu um novo terminal de passageiros, com uma moderna estrutura metálica de sustentação da cobertura externa. Ampliou ainda o saguão, a praça de alimentação e as áreas de embarque e desembarque, aumentando o número de posições de *chek-in*. O aeroporto ganhou duas novas pontes de embarque (*fingers*), quatro escadas rolantes, um elevador para pessoas com dificuldade de locomoção, um novo sistema de alimentação de energia elétrica e um estacionamento maior.

Uma fragilidade ainda encontrada no transporte aéreo consiste no fato de o estado de Roraima estar localizado em posição geoestratégica, rodeados por países que constituem o chamado bloco das Guianas. Por estar posicionado às portas do Caribe, a falta de intercâmbios e acordos internacionais faz com o que o referido aeroporto ainda não receba voos ou qualquer tipo de conexão internacional.

Tabela 37

Aeroportos públicos

Aeroporto público	Cidade	Companhias aéreas	Nº de voos diários
Atlas Brasil Cantanhede	Boa Vista	Gol	1
	Boa Vista	Tam	2
	Boa Vista	Azul	1

Fonte: Site ANAC

O estado conta ainda com mais seis aeroportos públicos localizados no interior de Roraima. No entanto, nenhum deles recebe voos regulares. O município de Caracaraí conta com a 4ª maior pista de pouso do país.

HIDROVIA

A navegação fluvial no estado de Roraima se restringe à calha do rio Branco. No período de águas altas, entre maio e agosto, é possível a nave-

gação em pequenas embarcações até a capital Boa Vista, num percurso de 551 km. A navegação regular se limita a Caracarái, em virtude do trecho não navegável formado pelas corredeiras do Bem-Querer, localizadas a 14 km de Caracarái.

O rio Branco apresenta boas condições de navegação no período de águas médias e altas, no trecho entre a cidade de Caracarái até a sua desembocadura no rio Negro, numa extensão de 427 km, possibilitando a navegação regular por meio de embarcações comerciais, neste período, com calado em torno de quatro metros. Já no trecho entre Caracarái e Santa Maria do Boiaçu, a navegabilidade se torna crítica, quando a profundidade se aproxima de 0,90 m, no período de águas baixas, o que torna a navegação de baixa eficiência na temporada.

O trecho entre a cidade de Caracarái e a foz desse rio, numa extensão de 427 km, é trafegado no período de águas médias e altas, por embarcações comerciais, com calado em torno de quatro m. No período de águas baixas, o trecho crítico situa-se entre Caracarái e Santa Maria do Boiaçu, podendo chegar até 0,90 m. (Texto para discussão n° 562, Rede Básica de Transporte na Amazônia/Ipea, 1998).

A sede de Caracarái originou-se antes das corredeiras do Bem-Querer, ainda em trecho navegável e, por essa razão, ficou conhecida como “cidade porto”, fato que contribuiu de forma acentuada com o desenvolvimento da cidade e do porto de Caracarái, assim como a sua ligação rodoviária com a capital do estado. A hidrovia do rio Branco Manaus/Caracarái, por várias décadas, tornou-se o principal modal para o transporte de tudo que entrava ou saía de Roraima: os barcos vinham até Caracarái, e os carregamentos seguiam por ligação rodoviária para Boa Vista.

A construção da BR 174 de Manaus a Boa Vista e, conseqüentemente, da ponte sobre o rio Branco dinamizou o transporte rodoviário abatendo significativamente a importância da hidrovia, que a exemplo do que ocorre em todo território nacional passa por problemas relacionados à manutenção, sinalização e ausência de cartas náuticas. Embora o custo benefício seja favorável ao modal hidroviário, caracterizado pelo baixo custo e alta capacidade de carga, esta competitividade praticamente desaparece pelos problemas já apontados e por não possibilitar o acesso à capital Boa Vista através deste único modal.

No entanto, estudos realizados na bacia hidrográfica do rio Branco, pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) traz no relatório do Inventário Hidroelétrico, em especial no que se refere ao rio Branco, o aproveitamento hidrelétrico de Bem-Querer com potencial de geração de 708 megawatts. Entretanto, o relatório também traz um fato importante do ponto de vista da navegação no rio Branco, a constatação de que, uma vez construída a usina, torna-se regular a navegação até Boa Vista.

Destaca-se que a partição de queda selecionada dos estudos de inventário, em especial do trecho de interesse do curso d'água principal, ou seja, do rio Branco, facilitará a integração da capital do estado de Roraima, cidade de Boa Vista, à mais extensa malha fluvial navegável do planeta, que é a malha hidroviária amazônica, que, por sua vez, dá acesso aos grandes portos do mundo, por meio da navegação oceânica (Estudo de Inventário hidrelétrico da bacia hidrográfica do rio Branco – EPE / abril, 2010).

PORTOS

O porto de Caracará encontra-se atualmente desativado e em condições precárias, já não possibilita nenhuma condição de operacionalidade, uma vez que foi abdicada juntamente com a hidrovia, mediante o surgimento do modal rodoviário, sito a BR 174, com melhores condições de tráfego: a rodovia oferece, ainda que de forma mínima, a agilidade, segurança e regularidade no trajeto Boa Vista-RR à Manaus-AM, que a hidrovia ainda não possibilita.

Em recente visita ao estado de Roraima para inauguração de obras do PAC, casas do Programa Minha Casa Minha Vida, a presidenta Dilma Rousseff defendeu a construção de Aduna Brasileira no Porto, como a de La Guanta na Venezuela. Na ocasião, a presidenta chamou atenção para a proximidade do estado de Roraima com o país vizinho, com população de 22 milhões de habitantes, e de Roraima como um potencial fornecedor de alimentos, tanto de grãos como de proteínas.

ENERGIA

Roraima, Amapá e Amazonas são os únicos estados da federação que não estão ligados ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse fato reflete a deficiência da infraestrutura na Amazônia brasileira de um modo geral, que, de certa forma, exclui geograficamente os estados do

norte do resto do país e que dificulta a vida das pessoas, aumentado o custo produtivo e fazendo com que as empresas da região percam competitividade e mercado. A questão energética é apenas mais um dos gargalos amazônicos a ser vencido. A sociedade moderna e o processo de desenvolvimento econômico passaram a adotar a energia elétrica como insumos estratégicos e necessários ao surgimento de boas condições de vida, motivação e segurança necessária para atrair investimentos.

A energia consumida no estado está sob responsabilidade de distribuição da Eletronorte, energia que abastece apenas a capital. As Centrais Energéticas de Roraima (CER) são responsáveis pela distribuição no interior. A fonte de energia consumida no estado, desde o período de território, são originárias de fontes termoeletricas à base de queima de combustível fóssil. Após vários estudos, verificou-se que esse sistema de geração seria, apesar de poluente, o que melhor se adequaria à realidade geográfica do estado, pelo fato de este não estar interligado ao SIN, que tem na sua matriz um grande percentual de energia limpa, e não possuir geração própria de energia hidroelétrica, apesar do enorme potencial hídrico. Segundo especialistas, em casos estratégicos, as termoeletricas chegam até a ser recomendadas pelo curto tempo de instalação, o que possibilita suprir carência de energia de forma rápida e, além disso, podem ser construídas nos locais próximos às regiões de consumo, reduzindo o custo com linhas e redes distribuidoras. Em 2015 foi inaugurada a termoeletrica de Monte Cristo, na zona rural de Boa Vista, construída com recursos do governo federal, na gestão da presidenta Dilma.

Em 1990, ocorreu uma pequena iniciativa do governo estadual no sentido de produzir energia hídrica, foi construída a Pequena Central Hidroelétrica de Jatapú, na região sudoeste do estado. A geração de energia de Jatapú é bastante insipiente quando analisada a sua contribuição no consumo geral de energia em Roraima. Porém, deve ser louvado o significado político no interesse do governo local em explorar, ainda que em pequena escala, o enorme potencial energético do estado. Jatapú foi inaugurada em 20 de dezembro de 1994, gerando 2,5 MW, três meses depois foi instalada a segunda turbina, passando a gerar 5 MWh, o suficiente para garantir energia a três municípios do entorno. Já no final de 2013, passou por reforma, com um investimento da Companhia Energética de Roraima (CER), no entanto, não houve aumento na sua capacidade de geração.

Em 2001, ocorre um fato importante para o setor energético no estado de Roraima que foi a concretização de um acordo bilateral de importação de energia hidroelétrica da Venezuela, do complexo hidroelétrico venezuelano de Guri e Macaguá, de onde chegam até 200 MW, atendendo os municípios do centro/norte de Roraima, inclusive Boa Vista. As negociações para o acordo tiveram início no ano de 1995, em que as empresas Eletrobras/Eletronorte, pelo lado brasileiro, e Eletrificación del Caroni (Edelca), pelo lado Venezuelano, tiveram papel importante para o alcance do objetivo. A interligação e, conseqüentemente, o fornecimento ocorreram no mês de julho, fazendo com que tivéssemos naquele ano específico um consumo misto: fonte termoeétrica de janeiro a julho de 206.218 MW/h e, já com a interligação concretizada, um consumo de 60.262 MW/h de energia hídrica importada do país vizinho.

No período de 2002 a 2009, Roraima passou a utilizar energia hídrica, oriunda do Complexo Energético de Guri, que operava em potência máxima de seu potencial energético, suficiente para assegurar o consumo da Venezuela e honrar o montante contratado pelo Brasil. Neste período, de aproximadamente sete anos, a energia consumida no estado de Roraima foi de geração totalmente hídrica, oriunda do acordo internacional, cuja geração foi 3.938.285 MW. No entanto, no final de 2008 e durante 2009, o país vizinho passou a enfrentar problemas de racionamento de energia, em razão do fenômeno *El Niño*, que interferiu no ciclo das chuvas na bacia do Orinoco diminuindo o potencial energético de Guri.

Tabela 38

Roraima - Consumo misto de energia (2010 a 2014)

Geração	Consumo misto de energia				
	2010	2011*	2012	2013	2014
Geração térmica	171.734	0	714.310	101.444	167.172
Geração hídrica (Guri)	463.975	694.000	770.129	798.981	836.516
Consumo total MW/h	635.709	694.000	1.484.439	900.425	1.003.688

Fonte: Centrais Elétricas do Norte - Eletronorte.

* Fornecimento totalmente hídrico.

Nos últimos anos, a qualidade no fornecimento da energia importada foi caindo gradativamente e intensificaram as quedas e oscilação do fornecimento. No final de 2014, o fornecimento do país vizinho reduziu

a 50% do total contratado, fato que levou à Eletronorte a reprogramação de suas metas, que incluiu a ampliação do Parque Energético de Roraima. Apesar do acordo bilateral com a Venezuela, a Eletronorte manteve as UTEs, Termoelétrica Floresta, 40,0 MW, em plenas condições de funcionamento e recentemente promoveu investimento em novas usinas: Novo Paraíso, 12 MW, no município de Caracará, e Monte Cristo, com potencial para gerar 97,1 MW, e Distrito Industrial, 40 MW, totalizando 189.1 MW/h. Desta forma, a empresa amplia sua capacidade de geração e capacidade de suprimento total da demanda, mas, ainda assim, o estado continua dependente do fornecimento de energia do país vizinho, inclusive suscetível aos problemas de interrupção, cada vez mais frequentes, por razões contratuais e economicidade.

AUTOSSUFICIÊNCIA ENERGÉTICA

No entanto, as perspectivas da eficiência energética para Roraima são excelentes num futuro próximo, através de duas ações do governo federal, sendo uma no âmbito regional e outra por meio de investimento exclusivo, com os quais o estado poderá resolver definitivamente a instabilidade do sistema de fornecimento através da interligação no SIN e até alcançar autossuficiência com investimento na geração própria de energia.

INTEGRAÇÃO DE RORAIMA AO SIN

Os investimentos regionais destinados pelo PAC para o setor de energia são da ordem de R\$ 1.003,22 bilhão para o período de 2011 a 2014 e conta com mais R\$ 383,47 milhões programados para o pós-2014. Nesses empreendimentos, inclui-se, num primeiro momento, a etapa inicial que interliga Amapá e Amazonas ao SIN através do “linhão de transmissão Tucuruí”, com interligação comercial já concretizada, e que faz parte da interligação elétrica Tucuruí/Macapá/Manaus/Boa Vista.

A segunda etapa que interligará Roraima ao sistema, a linha transmissora, sairá do município de Presidente Figueiredo no estado do Amazonas até Boa Vista em Roraima, como consta no empreendimento:

■ Construção de linha de transmissão e subestações, investimento regional: R\$ 121.128.000,00.

> Linha de Transmissão Eng. Lechuga – Equador – 500 Kv, extensão de 400 km

- > Linha de Transmissão Equador – 500 Kv, extensão de 315 km
- > Construção da Subestação Equador – 500 KVA
- > Construção da Subestação Boa Vista – 500 KVA

GERAÇÃO DE ENERGIA

A segurança energética tornou-se preocupação de todos os países do mundo. E no Brasil, a geração de energia tornou-se prioridade do governo federal. Estudos têm demonstrado que depois de interligado ao SIN, num horizonte mais próximo, uma nova perspectiva se abre ao estado de Roraima: a exploração do potencial hidroelétrico da bacia do rio Branco, mais precisamente, a construção da hidroelétrica de Bem-Querer, no rio Branco, com potencial instalado de 708 MW.

No intuito de tornar essa realidade factível, o governo federal vem investindo exclusivamente no estado, desde 2011, a importância de R\$ 4,22 milhões em estudos de licenciamento ambiental e reserva, aporte financeiro da ordem de R\$ 15 milhões para o período pós-2014. A inclusão da obra no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tornou-se fundamentalmente importante para que inicialmente fosse viabilizado recurso para os estudos.

A concretização dos estudos e finalização de todas as etapas que compreende um empreendimento de tamanha complexidade, pelo governo federal através do PAC, poderá investir até R\$ 5 bilhões, fato que além de propiciar a segurança energética necessária ao desenvolvimento do estado dinamizará a economia local com a geração de postos de trabalho.

A geração de energia e conseqüentemente a interligação de Roraima ao SIN tornarão o estado autossuficiente em energia hídrica, com expressivos ganhos econômicos e ambientais pela não utilização frequente de termoeletricas. No entanto, o que de fato surpreende é a possibilidade de reversão do processo num futuro próximo do estado sair da realidade de “estado isolado energeticamente” para uma perspectiva de unidade federativa interligada e colaboradora mediante a conversão do excedente da produção ao sistema nacional, podendo até ser analisada a possibilidade de exportação de energia para a Venezuela.

HABITAÇÃO

Em Roraima, segundo Nota Técnica nº 5 – Estimativas do *déficit* habitacional brasileiro (Pnad 2007-2012) / Ipea 2013, o *déficit* habita-

cional representava 11,6% do total de domicílios em 2007, evoluindo em 2012 para 12,1%, um acréscimo de aproximadamente 5%, que segundo o mesmo estudo contraria a tendência de queda no cenário nacional para o mesmo período. O acréscimo total corresponde, apenas a 11,5 mil domicílios, apesar de proporcionalmente parecer um número elevado.

No entanto, há necessidades de novos estudo recentes que possam medir as ações governamentais do governo federal nos últimos quatro anos no segmento habitacional. Certamente que o programa Minha Casa Minha Vida obtiveram impacto direto na redução do *déficit* habitacional no estado de Roraima, de modo que a realidade atual tenha melhorado significativamente, principalmente em virtude de ações de concessões de créditos imobiliários como o da construção de moradias.

O Minha Casa Minha Vida conta com previsão de investimento de cerca de R\$ 385,3 milhões na construção de unidades habitacionais desde 2009. A Caixa Econômica Federal conta com 6.431 unidades habitacionais contratadas para a capital Boa Vista, formado por casas e apartamentos, distribuídos em 14 conjuntos habitacionais, com estrutura de água, energia elétrica e pavimentação.

Nos últimos anos, os investimentos têm avançado também no interior, com a aplicação de R\$ 18,9 milhões, com 701 unidades habitacionais contratadas em sete municípios do interior.

SANEAMENTO

O PAC investiu aproximadamente R\$ 824,7 milhões em convênios firmados entre o Ministério das Cidades e o governo do estado de Roraima para elaboração de projetos, planos e execução de obras de saneamento: ampliação do Sistema de Abastecimento de Água (SAA), ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário na capital Boa Vista e municípios do interior. Os recursos foram destinados principalmente para implantação, modernização e ampliação do sistema de fornecimento de água potável e tratamento de esgoto no período de 2007 a 2010. Também foram financiados projetos de drenagem e melhorias sanitárias, atendendo também projetos específicos nas comunidades indígenas. No entanto, esses projetos, que de certa forma demandam uma fase pré-preparatória mais longa (como: projetos de engenharia, estudos, estimativas, plantas, laudos e licenciamentos) somente vieram a aparecer de forma mais significativa no segundo período do programa após o período de 2010 a 2014.

Esses recursos federais, voltados para investimentos em área de saneamento, fizeram com que os indicadores de saúde melhorassem muito nos últimos anos no estado de Roraima. Quando tomada a capital Boa Vista como exemplo, verifica-se que o índice de esgoto sanitário poderá chegar a mais de 80% de cobertura ao final do projeto.

INFRAESTRUTURA URBANA

A Amazônia, quase sempre, apresenta paradoxos importantes que se caracterizam principalmente por cidades isoladas por falta de infraestrutura e assim, no meio do nada, circundada por planícies e savanas a perder de vista, está a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, que se destaca por ser a mais setentrional entre as capitais do norte do Brasil. É também a única localizada totalmente além da linha do Equador. Destaca-se pelo arranjo urbano organizado de forma radical, que lembra um leque, o que a define como uma cidade moderna.

A cidade de Boa Vista foi planejada no período entre 1944 e 1946 pelo engenheiro civil Darcy Aleixo Derenusson. No entanto, ainda mantém uma infraestrutura contemporânea, cujas vias foram projetadas de modo a convergir para o centro, conservando até hoje sua arquitetura original, com largas avenidas.

Boa Vista representa 73% do PIB do estado (Seplan, 2006), fato que caracteriza alto grau de concentração de renda e cuja economia é formada basicamente do funcionalismo público, o que reflete no fato de que atualmente o estado de Roraima possua a menor população entre as unidades federadas e contribua apenas com 0,2% do PIB nacional. De modo geral, a cidade apresenta bom estado de conservação de ruas e avenidas. A expressiva quantidade de recursos federais liberados ora pelo PAC, emenda parlamentar e outros projetos de captação de recursos, permitiu uma intensa atuação do governo municipal no processo de pavimentação, sinalização vertical e horizontal, e projetos urbanísticos, fatores que têm contribuído significativamente com melhorias na mobilidade urbana e solucionado gargalos no tráfego.

Atualmente diversos convênios federais têm permitido projetos de iluminação pública, recuperação de praças, urbanização e obras de micro e macrodrenagem, construção de ciclovis e faixas de pedestres, de modo a garantir à mais extrema das capitais condições de oferecer melhorias na qualidade de vida a quem nela reside.



Fonte: Portal Amazônia.com (foto: Alfredo Maia).

INFRAESTRUTURA INTERCONTINENTAL

INFRAESTRUTURA TRANSCONTINENTAL

Desde o final dos anos 1950, o desenvolvimento da Amazônia e a sua integração num sistema de segurança nacional tornaram-se parte dos planos de desenvolvimento estratégicos globais do Brasil. As prioridades nacionais pela perspectiva militar foram refletidas a partir da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Os megaprojetos de integração foram planejados inicialmente pelos militares e baseavam-se em grandes eixos rodoviários: Perimetral Norte, Transamazônica, Arco Norte, Manaus-Boa Vista, entre outras, e, parte destes, foram implementados nas décadas subsequentes no âmbito do Plano de Integração Nacional (PIN), sistemas de transporte, comunicação e energia sempre foram prioridades do programa que deu início ao processo de integração e desenvolvimento da região amazônica, dinamizando o crescimento econômico, a produção comercial, com a perspectiva de fixar moradores na região.

No entanto, a partir da década de 1970, verificou-se uma diminuição significativa no nível de investimentos em infraestrutura de transportes no país, fato que ocasionou problemas no sistema em todo o Brasil. Além disso, o processo de globalização e as políticas de estado mínimo nas décadas de 1980 e 1990 fizeram com que o governo brasileiro de-

legasse à iniciativa privada a missão de promover investimento em infraestrutura. Nesse período, reduziram-se drasticamente as investidas do governo brasileiro no sentido de desenvolver o programa de integração do Brasil com países da América do Sul, ficando de lado projetos importantes como a Perimetral Norte, Arco Norte, entre outros.

Segundo ressalta o presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), Sebastião Luiz de Mello:

a falta de investimentos no setor de infraestrutura é histórica. Nas décadas de 1980 e 1990, a contribuição governamental na infraestrutura de transportes foi ínfima: cerca de 0,2% do PIB anual, enquanto em países como a China a média é de 3,5%.

A inexistência de aporte de recursos nesse período cobrou um alto preço da logística nacional, que movimentou cerca de R\$ 350 bilhões em 2012, o dobro de dez anos atrás, transportando 60% do que é produzido no país, de acordo com a Abralog.

O cenário começou a mudar a partir de 2002 com a retomada dos investimentos do poder público, onde o governo do presidente Lula fez com que o Estado assumisse o seu importante papel de indutor do processo de desenvolvimento, principalmente em áreas estratégicas como logística, portos, aeroportos, rodovias, hidrovias e ferrovias, através da criação de importantes programas em parceria com a iniciativa privada. O país voltou a investir em planejamento, programas e aporte de recursos, que há muito não se fazia neste país.

O PAC foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007, prevendo investimentos da ordem de R\$ 619 bilhões até o ano de 2010 em setores importantes como energia, transporte, saneamento e habitação. Na continuidade do programa PAC 2, no período 2011 a 2014, o montante investido atingiu R\$ 1,009 trilhão.

O Ministério dos Transportes e a Secretaria Especial de Portos (SEP) lançou o Plano Nacional de Logística Integrada (PNLI) que reuniu dois planos já existentes: o Plano Nacional de Logística de Transportes (PNLT) e o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP), que prevê a alocação de recursos na ordem de R\$ 133 bilhões até 2025.

No que se refere ao estado de Roraima, somente nos últimos dez anos, os investimentos em transportes foram superiores a R\$ 1 bilhão, o

que demonstrou uma clara intenção do governo federal de integrar não apenas Roraima ao restante do país, mas a Amazônia como um todo. Geograficamente, Roraima é o estado mais ao norte do Brasil, inclusive situado aqui, em território roraimense, o ponto mais ao norte, trata-se do Monte Caburá no município de Uiramutã, a 84,5 km mais ao norte que o propalado Oiapoque no estado do Amapá.

Como se percebe, o estado de Roraima está acunhado entre a República da Guiana e Venezuela. Em Roraima, os olhares devem se voltar para duas frentes, uma baseada na aproximação com os estados do norte, principalmente o Amazonas com o seu Polo de Indústria de Manaus, com mais de 350 empresas, com movimentação superior a R\$ 30 bilhões anuais, e outra linha a ser explorada seria a atuação junto ao comércio bilateral com os países vizinhos e com isso alavancar as suas Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) localizadas nos municípios de Bonfim e Pacaraima.

Neste sentido, é que foram instituídas em Roraima, no governo Lula, as ZPEs e a área de Livre Comércio de Boa vista.

PERIMETRAL NORTE

A Perimetral constitui-se numa rodovia brasileira que saíria do alto Solimões no estado do Amazonas, numa região chamada “cabeça de cachorro”, até o município de Caracarái, depois de um trajeto coincidente com a BR 174, até tomar seu destino na altura do entrocamento do Novo Paraíso, atendendo em seu trajeto três municípios da região sul de Roraima, interceptando o norte do estado do Pará, terminado na BR 156, no estado do Amapá. A Perimetral Norte, atualmente BR 210, consta para o DNIT como uma rodovia apenas planejada, no entanto, em boa parte, a mesma possui pavimentação concluída ou está em execução. A rodovia foi planejada no auge do governo militar, no entanto, os programas militares não alcançaram plenamente seus objetivos com relação à conclusão da Perimetral Norte.

Contrapondo-se a este abandono, em convênio com o governo federal no valor de R\$ 72,9 milhões, o governo estadual vem executando atualmente obras de conservação, em 65 km de extensão desta rodovia oficialmente denominada BR 210, e que conta com aproximadamente 400 km pavimentados, embora vários trechos estejam em

estado precário, visando ao atendimento de três municípios conforme já mencionado.

A BR-210 assistiria uma região que apresenta um grande potencial para produção de alimentos e mineração, matérias-primas de interesse nacional e internacional. A conclusão dessa rodovia apresenta fundamentos importantes para as cidades isoladas e população com baixo nível de assistência em razão da falta de infraestrutura de toda natureza.

A Perimetral Norte ou BR-210 consta para o DNIT como rodovia apenas planejada, tem sua conclusão ainda incerta, uma vez que não consta em nenhum dos programas atuais, também são necessários novos estudos e planos para avaliar outras variáveis como viabilidade econômica e ambiental, no entanto, merece ser melhor avaliada uma vez que projetos semelhantes que visam, acima de tudo, à integração sul-americana estão em curso. A BR 210 seria o trajeto no sentido inverso do que está sendo proposto na Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), que visa através de novas malhas viárias, atingir o mesmo objetivo de interligação das Guianas e Suriname, a partir da BR 156, no estado do Amapá.

ARCO NORTE

O Arco Norte praticamente ressurgiu a partir da visita de autoridades da Guiana, em Brasília. Em 31 de julho de 2003, os presidentes Lula e Bharrat Jagdeo da Guiana oficialmente confirmaram a decisão de construir a ponte sobre o rio Tacutu, já inaugurada, assim como uma estrada asfaltada que liga Boa Vista com Georgetown, ainda por ser feita. O Arco Norte é um projeto de estrada criado pelo governo brasileiro, com 1.800 km de extensão, e tem como objetivo ligar a parte norte do Brasil com os três países: Guiana, Suriname e Guiana Francesa, e com o mar do Caribe passando por Roraima (Mapa 2).

Como mostrado no mapa, as ligações rodoviárias de Boa Vista, em Roraima, com Georgetown e Guiana, interliga a linha costeira para Paramaribo, Suriname e Caiena no país vizinho Guiana, Guiana Francesa, entra novamente no Brasil e termina na foz do rio Amazonas em Macapá, Amapá. A rodovia ligando Boa Vista a Georgetown, apesar de já existir, ainda não foi pavimentada. No Brasil o trecho desta rodovia, denominado 401, que se encontra asfaltado é o Boa Vista-Bonfim. O mesmo não acontece no trecho Lethem-Linden-Georgetown-Guiana. Nos governos Lula e

Mapa 2

Arco Norte



Fonte: Seplan.

Dilma foram feitos estudos, visando parceria com o país vizinho Guiana, para asfaltar este trecho. Uma vez pronta, fará a ligação a outra rodovia já existente e, em mesmas condições estruturais, saindo de Georgetown, Paramaribo e Cayenne, que se estende ao longo da costa, e que parte foi reparado recentemente.

INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA SUL-AMERICANA (IIRSA)

A Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, ou simplesmente IIRSA, é uma iniciativa que nasceu de uma proposta do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Corporação Andina de Fomento (CAF), em agosto de 2000, durante um encontro de cúpula dos presidentes sul-americanos em Brasília. Por iniciativa dos chefes e chefas de Estado Sul-Americanos, em 2009, foi criado o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan), com o intuito de discutir e implementar políticas e estratégias em infraestrutura para a integração entre países de um compromisso de desenvolvimento social, econômico e ambiental. É um programa conjunto dos governos dos 12 países da América do Sul que

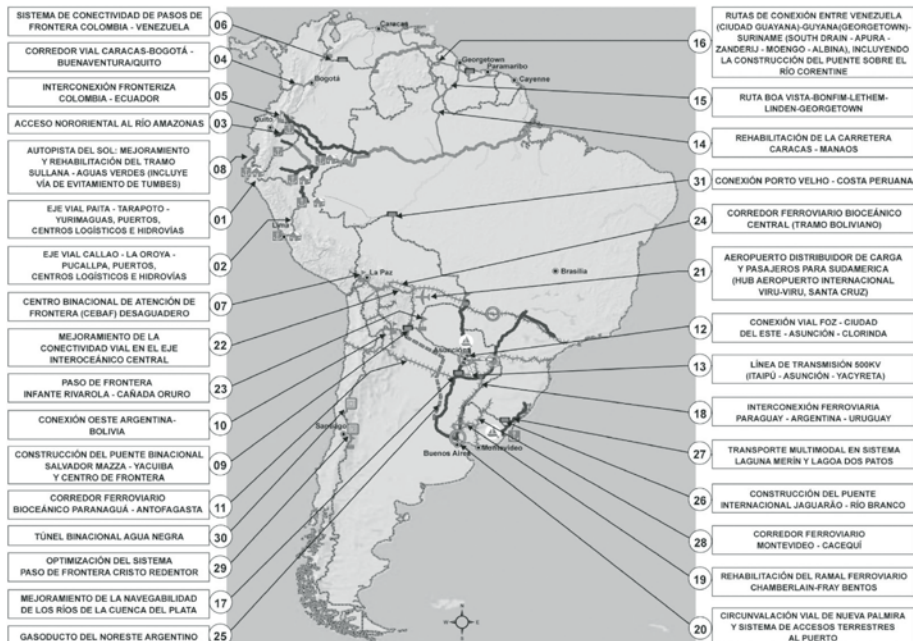
visa promover a integração física dos países signatários por meio da modernização da infraestrutura de transporte, energia, telecomunicações, mediante ações conjuntas e integradas. Pretende-se, assim, estimular a integração política, econômica, sociocultural da América do Sul.

Quando se observa os projetos 14, 15 e 16, propostos na Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API), constata-se que o estado de Roraima deve ser um dos beneficiários diretos no conjunto desses três projetos da IIRSA. Eles contemplam um conjunto de 31 projetos estruturados e contam com um investimento total estimado em US\$ 21.172,6 milhões. São projetos estratégicos e de alto impacto na integração física e em ações de desenvolvimento socioeconômicos regionais. Os projetos contemplados no IIRSA são:

- > Manutenção da rodovia Manaus-Caracas – BR 174
- > Construção da estrada conexão Boa Vista-Bonfim (concluída) – Lethem-Linden – Georgetown

Mapa 3

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA)



Fonte: Site oficial IIRSA

> Construção da estrada de conexão entre Venezuela (Cidade Guayana) – Guayana (Georgetown) – Suriname (South Drain-Apura-Zanderij-Moengo-Albina). Incluindo a construção da ponte sobre o rio Corrente.

O objetivo principal dos projetos é promover a conectividade da região com a construção e operação eficiente das infraestruturas, de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentável, preservando o meio ambiente e o equilíbrio do ecossistema nos seguintes aspectos:

> Melhorar as interconexões entre as redes de estradas nacionais nos países da região.

> Melhorias de vias estratégicas por meio de rodovias, hidrovias e ferrovias.

> Intercâmbio, visando facilitar o cruzamento da fronteira.

> Construção de portos e aeroportos

> Instalações de telecomunicações e de energia.

A Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) foi desenvolvida pelos 12 países da América do Sul no âmbito do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan). A API foi aprovada pelos ministros na Segunda Reunião Ordinária do Cosiplan (Brasília, novembro de 2011) e ratificada pelos presidentes na sexta reunião do Conselho de Chefes de Estado da Unasul (Lima, novembro de 2012).

Segundo a própria agenda de integração, os 31 projetos atualmente previstos não são iniciativas isoladas de cada país, mas “projetos estruturados”, no sentido de consolidar redes de conectividade física no âmbito regional e visa criar uma dinâmica e superar as deficiências da infraestrutura ainda comum a todos. Os projetos estão à disposição no Sistema de Informações de Projetos (SPI) e têm o seu desenvolvimento monitorado pelos membros do Cosiplan, que têm, na sua formação, representantes dos 12 países e fazem avaliações em reuniões periódicas.

PLANO BRASIL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - PBLLOG

O Plano Brasil de Infraestrutura e Logística (PBLLog), sugere a integração rodoviária do Brasil com o Caribe e reafirma mais uma vez Roraima como um estado transnacional. Suas metas visam assegurar mais

uma opção de acesso ao Atlântico e alcançar o mercado asiático através do Canal do Panamá, América Central, América do Norte e Europa. Esses são os principais objetivos a serem alcançados a partir da construção deste primeiro trecho rodoviário que se inicia em Georgetown e inclui Linden e Lethem, na Guiana; Bonfim e Boa Vista, no estado de Roraima (PBLog, 2013).

Os projetos do modal rodoviário no âmbito do cronograma do PBLog foram divididos em cinco trechos. As rodovias que contemplam o extremo norte, no qual Roraima está inserida, estão no Trecho 1, mostrado a seguir:

**TRECHO 1: Georgetown, Linden e Lethem (Guiana), Bonfim e Boa Vista – BR-401(RR),
Boa Vista e Manaus – BR-174 (AM)**

O PBLog almeja-se servir de instrumento balizador para o processo de tomada de decisão dos gestores do Mercorsul e Unasul, inclusive as sugestões neles propostas e que já fazem parte da Agenda de Projetos Prioritários de Integração – API do IIRSA – visam à construção de vias de conexão ou pavimentação das já existentes, como os da rodovia que liga Georgetown a Boa Vista – com aproximadamente 700 km, e entre Lethem e Linden, com extensão de 459 km, atualmente sem pavimentação. Ainda segundo o PBLog, é necessária a construção de ponte sobre o rio Essequibo em território guianense. Os demais trechos, Boa Vista a Lethem com 125 km, estão asfaltados, e Linden a Georgetown com 10 km, estão pavimentados e em situação regular de conservação.

O governo federal, como se constata nos documentos, tem colocado o estado de Roraima em uma posição estratégica para a intergração do Brasil Norte-Sul. No entanto, percebe-se também uma ausência de concatenações entre os planos federais para o estado e as políticas de desenvolvimento do governo local. Talvez essa dissintonia possam ser melhor trabalhadas para que Roraima corresponda aos projetos e recursos investidos neste estado.

Mapa 4

Plano Brasil de Infraestrutura e Logística (PBlog)



UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E TERRAS INDÍGENAS

Roraima possui 11 unidades de preservação ambiental, perfazendo um total de 8.545.757 hectares, num total de 45,25% da área do estado, sendo que as de proteção integral somam 1.169.078 hectares. Este total representa 13,68% das áreas de Unidades de Conservação, e as de uso sustentável somam 7.376.679 hectares, significando 86,32% do total de área de Unidade de Conservação.

Observa-se que, das Unidades de Conservação, a mais conhecida é o Parque Nacional do Monte Roraima, que foi criado em 1989 e ocupa 116 mil hectares, localizando-se no extremo norte do país, já na fronteira com a Guiana e a Venezuela (Tabela 39).

Além das áreas de preservação ambiental, também encontram-se as Terras Indígenas (TI) demarcadas e homologadas, dentre elas as da Raposa Serra do Sol, homologadas pelo governo Lula e que reconheceu uma luta histórica dos indígenas em Roraima. Roraima destaca-se no cenário nacional por ser um dos estados com maior contingente populacional indígena e no qual 45% do seu território são de área demarcada em Terra Indígena. Ao todo são 32 TIs, com destaque para três que ocupam cerca de 82% da área total e abrigam 64% da população nativa, que são: TI Yanomami, TI Raposa Serra do Sol e TI São Marcos.

Tabela 39

Roraima – Unidades de preservação ambiental

Unidade de conservação	Extensão (ha)	Instrumento legal de criação	Tipo de proteção
01 Parque Nacional - PARNA Monte Roraima	116.000	Decreto nº 97.887 de 28/06/89	Integral
02 Parque Nacional - PARNA Serra da Mocidade	350.960	Decreto s/nº de 29/04/98	Integral
03 Parque Nacional - PARNA do Viruá	227.011	Decreto s/nº de 29/04/98	Integral
04 Estação Ecológica – ESEC do Niquiá	286.600	Decreto nº 91.306 de 03/06/85	Integral
05 Estação Ecológica – ESEC de Caracarái	87.195,00	Decreto nº 87.222 de 31/05/82	Integral
06 Estação Ecológica – ESEC do Maracá	101.312	Decreto nº 86.061 de 02/06/81	Integral
07 Floresta Nacional - FLONA do Amazonas	1.573.100	Decreto nº 97.546 de 01/03/1989	Uso Sustentável
08 Floresta Nacional - FLONA de Roraima	2.664.685	Decreto nº 97.545 de 01/03/89	Uso Sustentável
09 Floresta Nacional - FLONA do Anauá	259.550	Decreto s/n de 18/02/05	Uso Sustentável
10 Área de Proteção Ambiental Xiriuini	1.671.694	Lei nº 25 do Município de Caracarái de 08/12/1999	Uso Sustentável
11 Área de Proteção Ambiental Baixo Rio Branco	1.207.650	Lei Estadual nº 555 de 14/07/2006	Uso Sustentável

Fonte: ISA (2001) / ZEE (Lei Complementar nº 143, de 15 de janeiro de 2009 / IBAMA (2009).

O preconceito racial, principalmente contra os povos indígenas, é latente na sociedade envolvente e é manifestado pelos inúmeros protestos em relação às áreas demarcadas, com um discurso muito utilizado pela classe política local e pela elite econômica de que “é muita terra para pouco índio”.

Argumento que é reforçado em função da sobreposição de Terras Indígenas com Unidades de Conservação e a presença de grande potencial mineral, com a ocorrência de grandes jazidas, e o potencial madeireiro em TIs e UCs. Estas são as principais fontes geradoras da maioria dos conflitos existentes na região. A Floresta Nacional (Flona) de Roraima, por exemplo, em que é possível a exploração econômica de recursos naturais, desde que sustentável, sobrepõe-se parcialmente à TI Yanomami, onde os recursos naturais são de uso exclusivo da população indígena. Embora a legislação esteja em vigor, a intensa exploração clandestina desses recursos tem aumentado nos últimos anos, causando a intensificação de conflitos entre as populações indígenas e não indígenas, conforme o Inventário Hidroelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Branco.

Em função da luta por seus direitos, os povos indígenas de Roraima, na década de 1970, começaram a se organizar em associações, sendo que a primeira entidade organizacional representativa constituída foi o Conselho Indígena de Roraima (CIR), que exerceu e exerce maior

força política representativa. Posteriormente ao CIR, que foi criado com o apoio da Igreja Católica de Roraima e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), muitas outras organizações foram criadas.

Nesse modelo organizacional, destaca-se também a Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIR), que tem 26 anos de existência e atualmente representa cerca de dois mil professores indígenas. A OPIR foi fundamental para a inclusão do ensino diferenciado indígena na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB). A seguir, destaca-se o quadro com as TIs demarcadas, homologadas e registradas no estado de Roraima.

Tabela 40

Roraima - Unidades de preservação ambiental

TI	Povo indígena	Extensão (ha)	Ato legal	Situação jurídica	Município	
01	Ananás	Makuxi	1.769	DH 86.92016/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
02	Anaró	Wapixana	30.470	PD 962 23/06/2006	Demarcada 29/01/2007	Amajari
03	Aningual	Makuxi	7.627	DH 86.933 18/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
04	Anta	Makuxi	3.173	DH 376 26/12/1991	Homologada e registrada	Alto Alegre
05	Araçá/Amajari	Makuxi	50.018	DH 86.934 18/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
06	Barata/Livramento	Makuxi	12.883	DH S/Nº 11/12/1991	Homologada e registrada	Alto Alegre
07	Bom Jesus	Makuxi	859	DH 257 30/10/1991	Homologada e registrada	Bonfim
08	Boqueirão	Makuxi	16.354	DH S/Nº 06/06/2006	Homologada e registrada	Alto Alegre
09	Cajueiro	Makuxi	4.304	DH 6.932 18/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
10	Canuanim	Makuxi	11.182	DH S/Nº 16/02/1996	Homologada e registrada	Cantá
11	Jabuti	Makuxi	14.210	DH S/Nº 16/02/1996	Homologada e registrada	Bonfim
12	Jacamim	Wapixana	193.493	DH S/Nº 13/10/2005	Homologada e registrada	Bonfim
13	Malacacheta	Wapixana	28.631	DH S/Nº 08/01/1996	Homologada e registrada	Caracarái
14	Mangueira	Makuxi	4.063	DH 86.923 17/02/1982	Homologada e registrada	Alto Alegre

RORAIMA
2000-2013

TI	Povo indígena	Extensão (ha)	Ato legal	Situação jurídica	Município
15	Manoápium Makuxi Wapixana	43.337	DH 86.924 17/02/1982	Homologada e registrada	Bonfim
16	Moskow Makuxi Wapixana	14.212	DH S/Nº 02/06/2003	Homologada e registrada	Bonfim
17	Muriru Wapixana	5.555	DH S/Nº 24/06/2003	Homologada e registrada	Bonfim Cantá
18	Ouro Makuxi	13.573	DH 86.931 18/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
19	Pium Makuxi Wapixana	4.608	DH 271 30/10/1991	Homologada e registrada	Alto Aegre
20	Ponta da Serra Makuxi Wapixana	15.597	DH 86.935 18/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
21	Raimundão Makuxi Wapixana	4.276	DH S/N 04/11/1997	Homologada e registrada	Alto Alegre
22	Raposa Serra do Sol Makuxi, Ingaricó, Patamona, Taurepang, Wapixana	1.747.460	DH S/N 18/04/2005	Homologada e registrada	Uiramutã, Pacaraima, Normandia
23	Santa Inês Makuxi	29.698	DH 86.922 17/02/1982	Homologada e registrada	Amajari
24	São Marcos Makuxi Taurepang Wapixana		DH 312 30/10/1991	Homologada e registrada	Pacaraima/ Boa Vista
25	Serra da Moça Wapixana	654.110	DH 258 30/10/1991	Homologada e registrada	Boa Vista
26	Sucuba Makuxi Wapixana	5.983	DH 86.921 17/02/1982	Homologada e registrada	Alto Alegre
27	Tabalascada Makuxi Wapixana	13.014	DH S/N 19/04/2005	Homologada e registrada	Cantá
28	Truaru Wapixana	5.653	DH 387 26/12/1991	Homologada e registrada	Boa Vista/ Alto Alegre
29	Waiwai Waiwai	361.673(RR)	DH S/N 24/06/2003 405.608 (total)	Homologada e registrada	Caroebe/ Caracarai/ S. J. do Baliza e São Luiz
30	Yanomami Yekuana	5.792.699(RR)	DH S/N 15/04/2005 9.146.105 (total)	Homologada e registrada	Amajari/ Iracema/ Caracarai/ Alto Alegre / Amajari

Fonte: ISA, 2007 e Estudos Inventários Hidroelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Branco

BALANÇO 8 ANOS 2007-2014

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC 1 E 2

INVESTIMENTOS DO PAC EM RORAIMA

Destacamos os investimentos do PAC para Roraima como um demonstrativo dos recursos destinados para o estado nos últimos anos. Roraima é um dos estados mais novos da federação, com apenas 27 anos, e sua transformação em estado coincide com a data da promulgação da Constituição Federal que transformou os antigos territórios federais em estados. Como todo estado novo, era de se esperar que pudesse conviver com inúmeros desafios e entraves, baseados na carência de infraestrutura macro.

O surgimento do estado em 1988 coincide com o apogeu do processo de globalização econômica que influiu diretamente nas questões relacionadas ao mundo. “No Brasil, a mudança do modelo de desenvolvimento implementado no início dos anos 1990, em que o padrão de desenvolvimento baseado na empresa privada e estatal/nacional se transferiria a responsabilidade, capacidade e a decisão de investimento para as empresas privadas, muitas delas estrangeiras, por meio de privatizações e concessões, reduzindo drasticamente o investimento público em várias áreas como infraestrutura, comunicação, tecnologia e transportes”. (Banco Mundial, 2007).

Nesse período, as unidades da federação com baixo poder de desenvolvimento econômico viram-se impossibilitadas de exercer suas missões

constitucionais baseadas na capacidade de financiar a sua infraestrutura pública e passaram por um longo período em que suas taxas de desenvolvimento eram quase sempre inferiores ao desenvolvimento nacional.

Pensando em resolver os problemas de infraestrutura no Brasil, o governo federal, em 28 de janeiro de 2007, lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que engloba um conjunto de políticas econômicas planejadas e executadas, um plano estratégico com investimentos em setores estruturantes, capaz de impulsionar as esferas públicas e privadas e fazer o país voltar a crescer. Desde o lançamento até o ano de 2010, os investimentos totais somaram R\$ 619 bilhões em todo país.

Em Roraima, os recursos exclusivos investidos pelo PAC correspondem aos seus dois períodos, de 2007 a 2010, e na sua continuidade de 2010 a 2014. Esses recursos foram bastante significativos para Roraima, algo em torno de R\$ 2,5 bilhões, que concentraram-se principalmente nas áreas de logística de transporte, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão, e nas áreas de saneamento, urbanização e distribuição de energia, com investimentos superiores a R\$ 944 milhões.

Tabela 41**Roraima – Investimentos do PAC**

Investimento Total	R\$ 4.509,77 bilhões
2011 a 2014	R\$ 3.646,47 bilhões
Pós 2014	R\$ 863,30 milhões

Tabela 42**Roraima – Investimentos do PAC em R\$ milhões**

Eixo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós 2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional**	Pós 2014 Regional***
Transporte / Logística*	1.090,48	228,0	-	-
Energia**	6,52	22,00	1.003,22	383,47
Cidade Melhor*	660,14	68,0	-	-
Comunidade Cidadã*	130,8	48,92	-	-
Minha Casa Minha Vida	470,81	65,55	-	-
Água e Luz para Todos	284,5	47,36	-	-
Total	2.643,25	479,83	1.003,22	383,47

Fonte: Cartilha 11º Balanço do PAC 2/Sincon.

*Empreendimentos que inclui período (2007 a 2010).

**Valores estimados para distribuição em mais de um estado.

Quando somado a investimentos regionais direcionados para o pós-2014, que envolve principalmente a área energética, os valores aportados no PAC passam para R\$ 4,5 bilhões.

TRANSPORTE EMPENDIMENTOS EXCLUSIVOS

*INVESTIMENTO DO PAC EM TRANSPORTE
R\$ 1.090,48 MILHÕES (2007 A 2014)*

AEROPORTO INTERNACIONAL DE BOA VISTA

A reforma e ampliação do aeroporto internacional de Boa Vista teve investimento de R\$ 9,1 milhões. Inaugurado em 2009, foi praticamente construído um novo terminal aeroportuário pela Infraero. Contando com uma infraestrutura moderna, o novo aeródromo passou a disponibilizar maior conforto e acessibilidade aos passageiros e com maior estacionamento. Aumentou os pontos de *chek-in*, lojas de conveniência, pontes de embarque e adaptações para pessoas com dificuldades de locomoção.

RODOVIAS

Investimentos de R\$ 1.059,1 milhões foram feitos em obras de construção e recuperação de rodovias, algumas receberam obras em regime emergenciais em virtude do seu avançado estado de degradação. Exigia ações imediatas de manutenção, sinalização e controle de velocidade, visando garantir melhorias e segurança no tráfego em estradas e rodovias, podemos citar o exemplo da BR 174 nos anos de 2008 a 2010.

ESTUDOS E PROJETOS

O período contou ainda com investimentos de R\$ 3,4 milhões para estudos e elaboração de projetos, sinalização e instalação de redutores de velocidade, visando a manutenção e segurança de importantes rodovias que interligariam áreas de exclusão geográfica e vazios assistenciais no estado.

CONTORNO OESTE – ANEL VIÁRIO

Construção do Contorno Oeste, em Boa Vista, também conhecido como Anel Viário, com investimento do governo federal, no valor de R\$

68.842.611,23, foi uma obra contou com a construção de dois viadutos, duplicação e restauração de trecho da BR 174/RR (do km 486,8 ao 496,1).

CONSTRUÇÃO DA BR 432

Construção e pavimentação da BR 432, Vila Novo Paraíso-Entroncamento BR 401, com investimento do PAC da ordem de R\$ 250 milhões. Teve início em 2012 e contava com investimentos orçados em R\$ 80,45 milhões para o período 2011 a 2014 e R\$ 169,55 para além deste período.

CONSTRUÇÃO DA BR 210

Pavimentação da BR 210, que vem recebendo recursos do PAC de R\$ 72,7 milhões. As obras de pavimentação contam com 65 km de extensão. Inicia na BR 174, na altura do entroncamento de Novo Paraíso, até o município São João da Baliza, os primeiros 15 km já estão concluídos.

EQUIPAMENTOS PARA ESTRADAS VICINAIS

Os 14 municípios de Roraima, com exceção apenas da capital, receberam do governo federal uma frota mecanizada composta por retroescavadeira, motoniveladoras e caminhão caçamba. É comum a todos os municípios beneficiados o sofrimento com as péssimas condições das estradas e faltava a autonomia às prefeituras para a manutenção nas estradas e vicinais. Os equipamentos estão sendo usados para abrir e reorganizar vias existentes entre as cidades e as áreas rurais. As máquinas foram adquiridas com recursos do PAC 2, num investimento de aproximadamente de R\$ 11,39 milhões que deve beneficiar aproximadamente 14,5 mil agricultores.

CONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO TACUTU

No ano de 2009, foi construída a ponte internacional sobre o rio Tacutu, unindo Bonfim, no estado de Roraima, a Lethem, na República da Guiana, com investimento da ordem de US\$ 10 bilhões, importante do ponto de vista do comércio bilateral entre os dois países, assim como a integração sul-americana.

MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO RODOVIÁRIA

Os investimentos em estudos e projetos, manutenção, sinalização

e controle de velocidade no estado de Roraima, no período de 2007 a 2010, com o objetivo de garantir condições adequadas de trafegabilidade em trechos de rodovias federais: restauração e conservação dos serviços de pavimentação, acostamentos, drenagem, sinalização vertical, horizontal e semaforica, recuperação de obras de artes especiais, obras complementares e preservação do meio ambiente. São da ordem de R\$ 624,1 milhões e conta com recursos aportados no valor de R\$ 45,47 milhões, com obras programadas, muitas delas em execução, para o período além de 2014.

ENERGIA

EMPREENDIMENTOS REGIONAIS

LEVANTAMENTOS, ESTUDOS E PESQUISAS EXPLORATÓRIAS

Os investimentos regionais destinados pelo PAC foram de R\$ 174,1 milhões no período de 2007 a 2010 principalmente para a área de levantamentos, estudos e pesquisas de exploração em geologia, geoquímica, recursos minerais e levantamentos hidrogeológicos em bacias sedimentares, que na sua essência contemplariam todas as regiões do país, inclusive a bacia Amazônica e com pesquisa no estado de Roraima.

PESQUISA EXPLORATÓRIA DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NA BACIA SEDIMENTAR DO TACUTU

TRANSMISSÃO DE ENERGIA

Os investimentos regionais destinados pelo PAC para o setor de transmissão de energia são da ordem de R\$ 1.003,22 bilhões para o período de 2011 a 2014 e conta com mais R\$ 383,47 milhões programados para o pós-2014. Roraima, Amapá e Amazonas são os únicos estados da federação que não estão ligados no Sistema Interligado Nacional (SIN). Da energia consumida no estado, uma pequena parte é fornecida pela geração da hidroelétrica do Jatapú (5 MW) e o restante da energia é importada da Venezuela.

Nesses empreendimentos, inclui-se a interligação de Amapá e Amazonas ao SIN, através do “linhão de transmissão Tucuruí”, que já vem sendo construído e faz parte da interligação elétrica Tucuruí/Macapá/Manaus.

A segunda etapa, que interligará Roraima ao sistema, sairá do município de Presidente Figueiredo, no estado do Amazonas, até Boa Vista, no estado de Roraima.

Construção de linha de transmissão e subestações dispõe de recursos previstos em R\$ 121,128 milhões. No entanto, a parte que destina a Roraima.

EMPRESAS EXCLUSIVAS

ESTUDOS E PROSPECÇÃO

O governo federal, através do Ministério de Minas e Energia, no âmbito do PAC, destinou recursos para pesquisa do potencial energético da bacia do rio Branco. Os trabalhos estão em execução sob a responsabilidade da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e conta com recursos previstos de R\$ 4,218 milhões para o período 2010 a 2014 e R\$ 15,003 milhões para o pós-2014.

ESTUDOS APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICOS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO BRANCO EVTE-EIA-RIMA

CIDADE MELHOR

SANEAMENTOS

SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO NA CAPITAL BOA VISTA

Para atender à demanda reprimida de esgoto sanitário na capital Boa Vista e aumentar em aproximadamente quatro vezes o atendimento até então existente, o PAC proferiu investimentos da ordem de R\$ 607,9 milhões, contemplando desde a elaboração de projetos, estudos de viabilidade técnica, assim como o custeio de toda estrutura que visa à ampliação do Sistema de Esgoto Sanitário e construção de Estação Elevatória de Esgoto (EEE). Os investimentos feitos no período de 2007 a 2014 fazem parte de um projeto ambicioso, que somado ao sistema já existente atenderá a 88% da população da capital com sistema de esgoto.

- > Elaboração do plano municipal de saneamento: R\$ 5.968.500,00;
- > Ampliação do SES nas Sub-bacias Portal do Sol e Buritis:
R\$ 67.474.455,11;
- > Ampliação do SES na sede municipal
1ª etapa: R\$ 145.251.436,86;

- > Ampliação do SES na sede municipal
2ª etapa: R\$ 86.632.706,42;
- > Saneamento integrado e urbanização – Bairro Brigadeiro:
R\$ 42.780.193,71;
- > 4ª etapa da ampliação do sistema de esgotamento sanitário de
Boa Vista: R\$ 155.784.460,91;
- > 5ª etapa da ampliação do sistema de esgotamento sanitário de
Boa Vista: R\$ 88.305.808,01;
- > Saneamento Integrado no bairro Cidade Satélite:
R\$ 16.065.547,97.

O Sistema de Esgoto Sanitário, como planejado, visa atender simultaneamente a capital Boa Vista e as sedes dos 14 municípios do estado, além de centenas de Comunidades Indígenas nos dois períodos do PAC, cujo principal objetivo é a superação de desafios como infraestrutura precária, carência de materiais e mão de obra técnica, entre outros, tornando-se a execução dessas obras um enorme desafio para os gestores.

Os investimentos aportados nas sucessivas fases do programa permitiram o planejamento e execução em diversas etapas de execução e pagamento. A conclusão da 4ª etapa ocorreu no último semestre de 2014, o que deve permitir a conclusão da 5ª e última etapa, atualmente em execução.

Quando somado os investimentos feito pelo Ministério das Cidades, somente em esgoto sanitário em Boa Vista, através do PAC 1 e PAC 2, no período de 2007 a 2014, o investimento total é da ordem de R\$ 607,9 milhões.

Somente a 4ª etapa da obra incluía a implantação de 238 km de rede coletora; 8 km de coletor tronco; 18 km de interceptores e 3 km de linhas de recalque. Essa etapa contemplava ainda a construção de três Estações Elevatórias de Esgoto (EEE).

Já na 5ª etapa, deverão ser atendidas 4,1 mil famílias dos bairros Alvorada, Cambará, Doutor Sílvio Leite e de partes dos bairros Bela Vista e Raiar do Sol, população estimada em mais de 20 mil pessoas. Com essa intervenção financeira do governo federal, estão sendo construídos 107 km de rede coletora de esgoto, 9 km de interceptores e pouco mais de 3 km de linhas de recalque.

Além disso, deverão ser executadas 15.080 ligações domiciliares para atender 6.682 famílias de baixa renda. Serão beneficiados moradores dos bairros União e Jardim Caranã e de partes dos bairros Jôquei Clube, Centenário, Asa Branca, Doutor Sílvio Botelho, Jardim Tropical, Araceli Souto Maior, Tancredo Neves, Bela Vista e Raiar do Sol da cidade de Boa Vista.

A edificação da EEE é um dos últimos serviços dessa parte do projeto que objetiva universalizar o acesso ao serviço de coleta e tratamento de esgoto em Boa Vista e já está na 5ª etapa de execução.

*SISTEMA DE DRENAGEM, MELHORIAS SANITÁRIAS DOMICILIARES
NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR: R\$ 15,4 MILHÕES*

**SISTEMA DE DRENAGEM NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR NO VALOR DE
R\$ 12,9 MILHÕES**

Investimento do PAC, através da Funasa, no período de 2007 a 2010, no valor de R\$ 12,9 milhões, para as áreas de elaboração de projetos, drenagem e para combate à malária nos municípios de Roraima.

Os serviços de drenagem realizados contribuíram de forma significativa na melhoria da qualidade de vida, com destaque especial para a prevenção à saúde, com a redução de doenças transmissíveis por veiculação hídrica:

Tabela 43

Drenagem para combate à malária nos municípios do interior

Objeto	Proponente	Concedente	Valor
Sistema de Drenagem para combate à malária no Bonfim	Funasa	Município	R\$ 1.039.927,84
Sistema de Drenagem para combate à malária no Cantá	Funasa	Município	R\$ 1.030.927,84
Sistema de Drenagem para combate à malária no Cantá	Funasa	Município	R\$ 2.577.319,59
Sistema de Drenagem para combate à malária no Caracarái	Funasa	Município	R\$ 2.319.587,63
Sistema de Drenagem para combate à malária no Mucajaí	Funasa	Município	R\$ 1.360.498,57
Sistema de Drenagem para combate à malária no Mucajaí	Funasa	Município	R\$ 1.030.927,84
Sistema de Drenagem para combate à malária Rorainópolis	Funasa	Município	R\$ 1.740.000,00
Sistema de Drenagem para combate à malária Rorainópolis	Funasa	Município	R\$ 1.804.123,72
Total			R\$ 12.903.313,03

Fonte: Cartilha 11º Balanço do PAC 2.

OBS: Tabela para simples conferência da origem dos recursos.

- > Construção de 55 módulos sanitários domiciliares no município de Iracema.
- > Construção de módulos sanitários na vila Trairão no município do Amajari.
- > Canal de drenagem na vila Felix Pinto no município do Cantá.
- > Canal de drenagem no Igarapé Sumaúma no município de Mucajaí.
- > Canal de drenagem no Igarapé Tancredo Neves no município de Rorainópolis.
- > Drenagem para combate à malária no município de Caracaraí.
- > Sistema de drenagem para combate à malária no município de Mucajaí.

SISTEMA DE DRENAGEM NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR

Investimento PAC, por meio da Funasa, no valor de R\$ 2,5 milhões para realização de melhorias sanitárias em municípios no período de 2007 a 2010.

Tabela 44

Melhorias sanitárias domiciliares em municípios do interior

Objeto	Proponente	Concedente	Valor
Melhorias sanitárias domiciliares em Alto Alegre	Funasa	Município	R\$ 500.000,00
Melhorias sanitárias domiciliares em Amajari	Funasa	Município	R\$ 500.000,00
Melhorias sanitárias domiciliares em Amajari	Funasa	Município	R\$ 206.185,58
Melhorias sanitárias domiciliares em Iracema	Funasa	Município	R\$ 360.960,55
Melhorias sanitárias domiciliares em Normandia	Funasa	Município	R\$ 500.000,00
Melhorias sanitárias domiciliares em São J. da Baliza	Funasa	Município	R\$ 500.000,00
Melhorias sanitárias domiciliares em Normandia	Funasa	Município	R\$ 500.000,00
Total			R\$ 2.567.146,13

Fonte: Cartilha 11º Balanço do PAC 2.

OBS: Tabela para simples conferência da origem dos recursos

PAVIMENTAÇÃO

Na área de pavimentação e recapeamento de ruas e avenidas, está sendo feito um investimento de R\$ 36,84 milhões e beneficiará os bairros Nova Cidade, Senador Hélio Campos, Caçari, Praviana, Aparecida, São Vicente, Cidade Satélite, Buritis, Cainbé, Bela Vista, Raiar do Sol, na cidade de Boa Vista.

MOBILIDADE URBANA

Os projetos que visam melhorar o processo de mobilidade urbana na capital terão investimentos na ordem de R\$ 68 milhões em ações que propõem a integração de bairros, construção de ciclovias e terminais de ônibus e adaptações de calçadas, objetivando melhor acessibilidade.

> Abrigos de ônibus: construção de 850 pontos de ônibus, sendo que 100 serão climatizados;

> Ciclovias: construção de 44,6 quilômetros de ciclovia que interliga a Zona Oeste da capital ao Centro;

> Acessibilidade: adaptação de 59 km de calçadas aos padrões de acessibilidade;

> Integração de bairros: o bairro Cidade Satélite será beneficiado com duas novas vias de acesso, uma partindo da avenida Padre Anchieta, no bairro Primavera, até a rodovia RR 205 e a outra do final da avenida Parimé Brasil, no bairro União, até a avenida Universo.

> A terceira integração terá início no bairro Nova Cidade, saindo do final da avenida Sol Nascente até a avenida dos Trabalhadores, no Conjunto Pérola.

Boa Vista é uma cidade planejada de largas avenidas, que se destaca pelo traçado urbano na forma de leque e terá mais uma oportunidade, através dos recursos do governo federal, para intervir positivamente no processo de exclusões, fragmentações e desintegrações comuns à grandes conglomerados urbanos, à democratização dos espaços e a universalização do acesso, que tornou-se o grande desafio de gestores e da sociedade na atualidade.

COMUNIDADE CIDADÃ

Investimento do PAC para construção de UBS, quadras esportivas e creches, somados aos investimentos nos Territórios da Cidadania, no valor de R\$ 130,8 milhões, fato que vem trazendo melhores condições de atendimento na saúde e contribuindo com o desenvolvimento social através dos territórios para o período de 2007 a 2010.

UBS - UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

O programa requalifica as UBS, criado pelo governo federal em 2011, e propiciou investimento de R\$ 13.439,46 milhões no estado de

Roraima. O incentivo financeiro vem do Ministério da Saúde e visa à estruturação e ao fortalecimento da Atenção Básica à Saúde, por meio de construções, reformas e ampliações das Unidades Básicas de Saúde em 100% dos municípios de Roraima.

> Construção de 24 UBS tipo I nos municípios: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Cantá, Caroebe, Mucajaí, Normandia e Pacaraima: R\$ 7.520,00.

> Construção de uma UBS tipo II no município de Amajari: R\$ 512,00.

> Ampliações e reformas de 28 UBS nos municípios: Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Caracará, Caroebe, Iracema, Pacaraima, Rorainópolis e São João da Baliza: R\$ 2.447,73.

> Construção de uma UPA Porte II: com 9 a 12 leitos de observação, com capacidade de atender até 300 pacientes por dia (ação preparatória).

Tabela 45

Ampliações das Unidades Básicas de Saúde em R\$ milhões

Tipo da obra	2011 a 2014	Pós 2014
UBS – Unidade Básica de Saúde	8,36	3,30
UPA – Unidade de Pronto Atendimento	1,38	1,72*
Creches e pré-escolas: Alto Alegre, Mucajaí, Boa Vista, Caracará	8,24	31,88
Quadras esportivas nas escolas	3,48	6,95
Centros de artes e esportes unificados	1,03	0,99
Centro de iniciação ao esporte	0,01	4,09
Total	22,50	48,92

Fonte: Cartilha 11º Balanço do PAC 2.

* Em obras

CONSTRUÇÃO DE CRECHES

- > Construção de uma creche no município de Iracema.
- > Construção de quatro creches no município de Boa Vista.
- > Construção de uma creche no município de Alto Alegre.
- > Construção de creche em Uiramutã.

CONSTRUÇÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS NAS ESCOLAS

Construção de seis quadras esportivas nas escolas, através do PAC, com investimento R\$ 10,42 milhões, nos municípios de Alto alegre, Iracema e Caroebe, que foram beneficiados com uma quadra, e o município de Rorainópolis, que foi contemplado com duas quadras.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Criado em 2008 com o objetivo de dinamizar investimentos em áreas de extrema pobreza, o programa Territórios da Cidadania identificou recortes geográficos em todo país, em regiões mais necessitadas e, com isso, através da articulação do governo e da sociedade, propiciou a essas localidades o acesso às políticas públicas inclusivas do governo federal.

Em Roraima, foram criados dois territórios: um na região sul, formado basicamente por agricultores familiares; e outro na região norte, onde predomina a presença maciça de populações indígenas.

Com ações articuladas do governo federal, estadual, municípios e apoio da sociedade organizada, o Programa Territórios da Cidadania já investiu R\$ 120.412.631,46, no estado, nos anos de 2008, 2009 e 2010, conforme tabela a seguir.

Tabela 46

Investimentos nos Territórios da Cidadania em R\$ milhões

Territórios	Apoio à atividades produtivas	Cidadania e direitos	Infraestrutura	Valores
Sul de Roraima	10.076.341,01	50.738.028,64	25.975.343,82	86.789.713,47
Terra Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos	699.389,00	30.804.277,40	2.119.251,59	33.622.917,99
Total	10.775.730,01	81.542.306,04	28.094.595,41	120.412.631,46

Fonte: Cartilha do PAC- Balanço 4 anos (2007 a 2010).

MINHA CASA MINHA VIDA

Os investimentos do PAC no programa Minha Casa Minha Vida foram no valor de R\$ 179,9 milhões, para construção de Unidades Habitacionais, através de empréstimos para pessoas físicas e entregas de habitações.

Tabela 47

Empréstimo para pessoas físicas em R\$ milhões

Tipo	Investimento
Habitação pessoa física	56,0
Sistema Brasileiro de Poupança Empréstimo	61,3
Total	117,3

Tabela 48

Urbanização e produção habitacional em R\$

Município	Proponente	Tipo	Valor R\$
Alto Alegre	Município	Provimento de habitação na Sede	938,3
Boa Vista	Estado	Elaboração do plano local de habitação	277,3
Boa Vista	Município	Elaboração do plano e urbanização	47.915,8
Caracaraí	Município	Provimento de habitação no Bairro Vista Alegre	515,3
Caroebe	Município	Elaboração do plano local de habitação	31,0
Mucajá	Município	Habitação na sede e bairros: N. Jerusalém, J. Flores, Sagrada Família e Bairro dos Estados	9.593,4
Pacaraima	Município	Provimento de habitação na sede	938,3
Rorainópolis	Município	Provimento de habitação na sede e bairro Romerão	938,3
São João da Baliza	Município	Provimento de habitação na sede	938,3
São Luiz do Anauá	Município	Elaboração do plano local de habitação	938,3
Alto Alegre	Município	Elaboração do plano local de habitação	938,3
Total			62.661,7

Fonte: Cartilha do PAC- Balanço 4 anos (2007 a 2010).

Esses dados, embora tenham sido coletados junto à Caixa Econômica Federal, não são completos, pois insistem em informar somente o quantitativo contratado, e não quantas casas construídas e entregues.

ÁGUA E LUZ PARA TODOS

INVESTIMENTO DO PAC – MINISTÉRIO DAS CIDADES: 2007-2010 E PÓS-2010

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CAPITAL E NO INTERIOR, LUZ PARA TODOS E MACRODRENAGEM EM BOA VISTA

Iniciando em 2007, o governo federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), viabilizou junto ao estado de Roraima a implementação de projetos na área de saneamento que contemplava a modernização e ampliação do sistema de captação e tratamento de água e o aumento significativo do sistema de esgoto sanitário em Boa Vista, neste último, elevando de 18% para 70% a cobertura da rede coletora. Para isso, foi destinado um investimento de R\$ 395.198,5 milhões. O sistema de coleta de esgoto sanitário, até então existente na capital, era antigo.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM BOA VISTA

> Ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água de Boa Vista (2ª etapa) corresponde a um valor de R\$ 39.203.847,81.

> Somente para a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no bairro Cidade Satélite, com implantação de poços profundos, adução de tratamento e desinfecção de reservatórios, o valor destinado foi de R\$ 11.3 milhões.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR E ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM COMUNIDADES INDÍGENAS

O estado de Roraima possui 15 municípios, e com exceção da capital, todos os demais municípios do interior receberam investimentos que somam um total de R\$ 45,1 milhões para serem investidos em obras na área de saneamento nas duas fases do PAC, que tiveram início no período de 2007 a 2010. As obras se referem ao abastecimento de água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Drenagem nos municípios do interior, além de abastecimento e saneamento em comunidades indígenas, garantindo-se também nesses projetos as ações básicas como elaboração de projetos. No entanto, devido ao grau de dificuldade da execução de obras em locais isolados e de difícil acesso, muitas continuaram no segundo período PAC 2 (2011-2014).

A ampliação do Sistema de Abastecimento de Água envolve 11 municípios do interior do estado, são eles: Bonfim, Cantá, Caracarái, Irace-

Tabela 49**Abastecimento de água nas sedes dos municípios do interior**

Município	Proponente	Tipo	Quantidade	Executor	Valor R\$
Amajari	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	360,86
Bonfim	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	412,37
Cantá	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	2.579,07
Caracarái	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	515,46
Iracema	Funasa	Água em áreas urbanas	02	Município	2.533,4
Mucajáí	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	515,46
Rorainópolis	Funasa	Água em áreas urbanas	02	Município	3.639,86
São J. da Baliza	Funasa	Água em áreas urbanas	01	Município	412,37
Total					10.968,61

Fonte: Cartilha do PAC – Balanço 4 anos (2007 a 2010). Obs.: Tabela para simples conferência da origem dos recursos.

ma, Mucajaí, Pacaraima, Rorainópolis, São Luiz do Anauá e São João da Baliza, envolvendo um valor de R\$ 10,96 milhões.

LUZ PARA TODOS

O PAC, no âmbito do Programa Luz para Todos, efetivou um investimento total R\$ 83,1 milhões no estado de Roraima, estabeleceu o quantitativo de 10.440 ligações residenciais da Meta Original de Universalização entre 2004 e 2010 e mais 4.993 ligações da Meta Adicional para o mesmo período, perfazendo um total de 15.433 ligações.

Para que isso fosse possível, o próprio Ministério de Minas e Energia, através da Eletrobras, realizou um investimento no valor de R\$ 23.043,82 para o atendimento às famílias residentes no interior do município de Boa Vista. Já os convênios firmados entre o Ministério de Minas e Energia, através da Eletrobras, com a Companhia Energética de Roraima (CER), correspondem ao valor de R\$ 60.183,02 milhões, visando ao cumprimento de metas estabelecidas nos demais municípios do interior.

Segundo o Comitê Gestor do Programa no estado, deste total, 2.122 ligações foram executadas pela Eletrobras na área rural do município de Boa Vista no período de 2005 a 2012. Já a Companhia Energética de Roraima (CER), responsável pelas ligações nos demais municípios do interior, realizou 11.014 ligações, o que corresponde ao total de 13.136 ligações realizadas pelas duas companhias em todo o estado. Ambos os casos já informados ao MME, o que corresponde ao cumprimento de mais de 85% das metas pré-estabelecidas assim descritas:

> Execução de 11.014 ligações concluídas pela CER; R\$ 60,1 milhões.

> Execução de 2.122 ligações concluídas pela Eletrobras; R\$ 23,0 milhões.

Enquanto realizavam os trabalhos de ligação, os órgãos executores identificaram a demanda para mais 10 mil ligações. Neste diagnóstico, incluem-se os municípios de Uiramutã e Pacaraima, onde nenhuma ligação foi feita, a comunidade indígena Waiwai e ribeirinhas, além de pontos isolados em quase todos os municípios já tendidos.

SERVIÇOS DE DRENAGEM EM BOA VISTA

Os investimentos do Ministério das Cidades/PAC totalizam o valor de R\$ 80,0 milhões para as áreas de elaboração de projetos, drenagem e para combate à malária no município de Boa Vista.

Tabela 50

Drenagem na capital

Objeto	Proponente	Concedente	Valor (R\$)
Serviços de drenagem pontos críticos em	Ministério das Cidades	Município	70.372.865,47
Drenagem urbanas e manejo de águas pluviais	Ministério das Cidades	Estado	9.888.600,00
Total			80.261.465,47

Fonte: Cartilha do PAC- Balanço 4 anos (2007 a 2010).

O investimento do PAC 2, por meio da Funasa no período de 2007 a 2010, no valor de R\$ 14,9 milhões para realização de serviços de saneamento em 144 comunidades indígenas, contribuiu de forma significativa nas melhorias das condições de vidas destas populações, principalmente na saúde, com a redução das doenças transmissíveis por veiculação hídrica.

Tabela 51

Melhorias sanitárias domiciliares em municípios do interior

Órgão	Tipo	Quantidade	Município	Valor R\$
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena	9	Alto Alegre	1.122,8
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Amajari	1.139,4
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Boa Vista	1.591,9
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Bonfim	481,71
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Cantá	929,6
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Caroebe	197,0
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Iracema	73,3
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Mucajá	75,5
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Normandia	3.953,8
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Pacaraima	2.189,6
Funasa	Abastecimento de água em Comunidade Indígena		Uiramutã	2.658,9
Total				14.941,57

Fonte: Cartilha 11º Balanço do PAC 2.

OBS: Tabela para simples conferência da origem dos recursos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; DINIZ, Alexandre M. A. Boa Vista, Roraima: uma cidade média na fronteira setentrional do Brasil. In: *Cidades: relações de poder e cultura urbana*. Goiânia: Vieira, 2005, p. 13-34.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-15/projeto-arco-norte,10385.html

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-15/projeto-arco-norte,10385.html

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-15/projeto-arco-norte,10385.html

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *O modelo de desenvolvimento proposto por Lula e Dilma*. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/o-modelo-de-desenvolvimento-proposto-por-lula-e-dilma/>

BRASIL. ANEL. Disponível em: www.anel.gov.br/arquivos/PDF/detalhamento-dos-lotes-LT-042011.pdf

BRASIL. CARTILHA - PAC - Balanço 4 anos 2007-2010 Roraima. Disponível em: www.brasil.gov.br - <http://portal.mda.gov.br>

BRASIL. Infraero. Disponível em: www.infraero.gov.br

BRASIL. Ministério da Defesa, Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, Departamento de Política e Estratégia da Prefeitura de Alto Alegre, Programa Calha Norte AGENDA EXECUTIVA - 2001/2004. PLANO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL. LIMA, José Airton da Silva.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Programas Regionais, Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

BRASIL. Portal da ANNEL. Disponível em: www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/detalhamento-dos-lotes-LT-042011.pdf

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em: www.portaldatransparencia.gov.br.

BRASIL. Portal de Convênio. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/siconv>

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Relatórios dos Estados.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: www.pac.gov.br/obra/8511

BRASIL. SICONV – <dados.gov.br>. Portal Brasileiro de Dados Abertos: <http://dados.gov.br/dataset/siconv>

Companhia de Água e Esgoto de Roraima – CAER. Disponível em: www.caer.com.br/static/ete.jsp.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI/GPC – Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade. Perfil da indústria nos Estados 2014. – Brasília: CNI, 2014. CDU: 67(81)

CONTRATO DE CONCESSÃO 03/2012-ANEEL/TRANSPORTE ENERGIA S.A - PROCESSO Nº 48500.000981/2011-41 / LOTE A. Disponível em: www.aneel.gov.br/aplicacoes/siget/arq.cfm?arquivo=9666

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: Mercado de Trabalho. 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.

EDITAL DO LEILÃO NO 04/2011-ANEEL PROCESSO NO 48500.000981/2011-41. Disponível em: www.seapa.rr.gov.br/inde.php/noticias/98-balanca-comercial-aponta-a-soja-como-principal-produto-de-exportacao-roraimense; www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/index.php?option=com_content&view=article&id=59:balanca-comercial-de-roraima-primeiro-semestre-de-2013&catid=101&Itemid=100001 ; www.epe.gov.br

Estudos Inventários Hidroelétricos da bacia hidrográfica do rio Branco: Relatório final, vol. 8/9 Apêndice D, Sócios Ambientais TOMO 2/4. Disponível em: www.epe.gov.br/MEIOAMBIENTE/Documents/AAI%20Branco/9%20-%20Inventario%20Hidreletrico%20Branco%20-%20Diagnostico%20Socioambiental%20-%20Parte%201.pdf

Estudos Inventários Hidroelétricos da bacia hidrográfica do rio Branco: Relatório final, vol. 8/9 Apêndice D, Sócios Ambientais TOMO 2/4. Disponível em: www.epe.gov.br/MEIOAMBIENTE/Documents/AAI%20Branco/10%20-%20Inventario%20Hidreletrico%20Branco%20-%20Diagnostico%20Socioambiental%20-%20Parte%202.pdf

Estudos Inventários Hidroelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Branco: Relatório final: AAI – Avaliação Ambiental Integrada Volume 1/2. Disponível em: www.epe.gov.br/MeioAmbiente/Documents/AAI%20Branco/1%20-%20AAI%20Branco%20-%20Relat%C3%B3rio%20Completo.pdf

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana. Disponível em: www.iirsa.org/

LIMA, José Airton. Políticas públicas no campo da educação indígena no estado de Roraima. Boa Vista, 2014. 193 f. : il. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como pré-requisito para a obtenção do Título de Doutor em Ciência Política. Linha de pesquisa: Estado e Políticas Públicas.

MERCADANTE, Aloizio. *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 112, 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. SECRETARIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Brasília, agosto de 2005.

Plano Brasil de Infraestrutura Logística PBlog: Uma abordagem sistêmica Sistema CFA / CRAs, 2013. Disponível em: www.cfa.org.br

PORTELA, V. F. Processo de Ruralização do Urbano: Agricultores Familiares na Cidade de Boa Vista – Roraima. *Revista de Ciências Humanas – UFRR* - Edição online: Textos e Debates.v. 1, n. 16 (2009). ISSN online: 2317-1448 – ISSN impressa: 1413-9987.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). Relatórios dos estados. Ag. 2013. Disponível em: <www.pac.gov.br>.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. (coord). Relatório Estadual de Pesquisa de Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual realizada nos municípios de Boa Vista e Pacaraima-Roraima/ Brasil e Santa Elena do Uarén – Venezuela. In: Instituto Internacional de Leis sobre Direitos Humanos/ De Paul College; Instituto Interamericano del Niño/OEA; Cecria - Centro de Referência, Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes; Ministério da Justiça/Secretaria de Direitos Humanos, 2002.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. *Garimpando a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sociopolítica*. Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém: Universidade Federal do Pará, 1996. Dissertação.

SANTOS, Karla G. B. dos ; SANTOS, Carlos Eduardo Ribeiro. *Dependência Municipal das Transferências do Fundo de Participação dos Municípios: uma análise para os municípios do Sul da Bahia entre 2008 e 2012*. GT 1 – Economia Regional e Baiana, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Ilhéus – Bahia. Out 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE RORAIMA. Produto Interno Bruto Estadual e Municipal. Elaboração: Fábio Rodrigues Martinez, Milton Antonio do Nascimento, Natalino Araújo Paiva. 9ª ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2013.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento

do Estado de Roraima. Boa Vista: DEES/SEPLAN – RR, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Indicadores de Sustentabilidade do Estado de Roraima 2012, 1ª Edição. Elaborado pela Divisão de Estudo e Pesquisa. 115 p. Site oficial da ANNEL. Disponível em: www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/detalhamento-dos-lotes-LT-042011.pdf

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Informações Socioeconômicas do Município de São Luiz do Anauá – RR 2010/ [Elaboração: Divisão de Estudos e Pesquisas] 1ª ed.. Boa Vista: CGEES/SEPLAN - RR, 2010. p. 64

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Produto Interno Bruto Estadual e Municipal. Elaboração: Luciano Monteiro do Amaral, Milton Antonio do Nascimento. 6ª ed. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. RORAIMA: INDICADORES GERAIS - 2012. Elaboração: Fábio Rodrigues Martinez, Erlen Maria da Silva Reis, Nelcilene Farias Lima. 1ªed.. Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2012. p. 72

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DE RORAIMA – SEPLAN. Disponível em: www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/index.php?option=com_content&view=article&id=59:balanca-comercial-de-roraima-primeiro-semester-de-2013&catid=101&Itemid=100001

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE RORAIMA: Indicadores de Crescimento e Desenvolvimento do Estado de Roraima. Boa Vista: DEES/SEPLAN – RR, 2009. p. 35

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE RORAIMA. Balança Comercial da Região Norte – 1997 a 2012. Elaboração: Divisão de Estatística Boa Vista: CGEES/SEPLAN – RR, 2013. p. 172

Sítios visitados e links:

G1 Roraima, 7 ago.2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/08/dilma-defende-em-rr-obra-de-aduana-brasileira-em-porto-da-venezuela.html>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/ibge/censo/cnv/ginirr.def>

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/b09ufc.htm>

www.ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/62/GuerraFiscalNaoPrejudicouEstadosDizEstudoDoIBPT.pdf

www.ipece.ce.gov.br/categoria2/pib/pibmunic2004.pdf

www.infraero.gov.br

www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf

www.seapa.rr.gov.br/index.php/noticias/98-balanca-comercial-aponta-a-soja-como-principal-produto-de-exportacao-roraimense

www.sedest.df.gov.br/direitos/o-que-e-transferencia-de-renda.html

www.seplan.rr.gov.br/roraimaemnumeros/index.php?option=com_content&view=article&id=59:balanca-comercial-de-roraima-primeiro-semester-de-2013&catid=101&Itemid=100001

SOBRE OS ORGANIZADORES

José Airton da Silva Lima é professor doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação pela Universidade de Matanzas Camilo Cienfuego – Cuba (Revalidado pela UFRGS). Pesquisador na Área de Políticas Públicas, com especialização *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas pela FGV. Dentre outros cargos públicos assumidos, destaque para a de secretário-adjunto de Educação do Estado de Roraima e secretário-adjunto de Educação do Município de Boa Vista, a capital do Estado.

Livros e artigos publicados: *Eficiência em Política Pública*; *De olho na história: colorindo a vida*; *A Educação Comunitária no Sistema Educacional do Município de Boa Vista*. *A EJA no Município de Boa Vista no período de 1990 a 2006*; *Educação Comunitária: uma análise das contribuições pedagógicas e metodológicas na rede municipal de ensino de Boa Vista (RR)*; *Gestão em educação comunitária: experiências pedagógicas nas escolas públicas do município de Boa Vista (RR)*; *Gestão em Educação Comunitária: reflexões pedagógicas nas escolas públicas do município de Boa Vista (RR)*; *Gestão em educação comunitária no município de Boa Vista (RR)*; *Perfil dos Educandos e Educadores que atuam na Educação de Jovens e Adultos em Boa Vista (RR)*; *Representação Social e Educação Especial: a representação social e educação dos professores*.

José Nagib da Silva Lima é licenciado em História Pela Universidade Federal de Roraima. Possui mestrado em Ciência de Educação Superior pela Universidad Camilo Cienfuegos Matanzas (Cuba); pós-graduação em Metodologia de Pesquisa pela Universidade Federal de Roraima; pós-graduação em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela Unicamp. Artigos publicados na Área de Educação Indígena. Entre os cargos que ocupou, destaque para: assessor parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Municipal de Boa Vista (RR); assessor parlamentar do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa de Roraima; superintendente adjunto de Operações da Suframa, a Superintendência da Zona Franca de Manaus; assessor especial da Casa Civil da Presidência da República; coordenador executivo do Comitê Gestor, instituído para coordenar a implementação das ações de competência dos Órgãos Federais no estado de Roraima, da Casa Civil da Presidência da República; assessor especial da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República; servidor público do IBGE.

Gilson Almirante de Sousa é tecnólogo em Agronegócio. Cargos destacados: secretário municipal de Saúde do Município de Uiramutã; secretário municipal de Administração do Município de Uiramutã.

Mara Cristina Maia da Silva é professora universitária, economista, palestrante e radialista. Formada em Economia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR); mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de Araraquara. É colaboradora da Revista de Administração de Roraima/RARR/UFRR. Pesquisadora em Desenvolvimento Territorial e Regional, Etnodesenvolvimento, Epistemologias do Sul, Finanças e Economia Solidárias, e Agricultura Familiar. Mantém participação ativa em movimentos sociais e movimentos políticos democráticos-populares. Como radialista, comanda o programa Em Debate na Rádio Monte Roraima 107,9, em parceria com a Universidade Federal de Roraima.

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Neste volume da coleção sobre os estados brasileiros, os leitores conhecerão Roraima.

Estão presentes aqui uma série de dados, análises das políticas, gestão administrativa e resultados das ações e investimentos do governo federal desde 2003.

O estudo traz um período de dez anos, mas que favoreceu a resolução de entraves que perduravam por mais de quatro décadas. Ações em busca de autonomia para a construção de um verdadeiro estado da federação.



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

